

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

ANDRÉIA ANDRÉ BISPO

**A IMPRENSA COMO INFLUENCIADORA DA AGENDA
INTERNACIONAL: A ISLAMOFOBIA PROMOVIDA PELA REVISTA
CHARLIE HEBDO**

BAURU
2016

ANDRÉIA ANDRÉ BISPO

**A IMPRENSA COMO INFLUENCIADORA DA AGENDA
INTERNACIONAL: A ISLAMOFOBIA PROMOVIDA PELA REVISTA
CHARLIE HEBDO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. M.^a Roberta Cava.

BAURU
2016

Bispo, Andreia Andre

P149e

A Imprensa como influenciadora da Agenda Internacional: a islamofobia promovida pela revista Charlie Hebdo / Andreia Andre Bispo. -- 2016.

80f. : il.

Orientadora: Profa. M.^a Roberta Cava.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Sagrado Coração - Bauru - SP

1. Imprensa. 2. Opinião pública. 3. Islamofobia. 4. Soft Power. 5. Charlie Hebdo. I. Cava, Roberta. II. Título.

ANDRÉIA ANDRÉ BISPO

**A IMPRENSA COMO INFLUENCIADORA DA AGENDA
INTERNACIONAL: A ISLAMOFOBIA PROMOVIDA PELA REVISTA
CHARLIE HEBDO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. M^a. Roberta Cava

Banca examinadora:

Profa. M.^a Roberta Cava
Universidade do Sagrado Coração

Prof. M.^c Fabio José de Souza
Universidade do Sagrado Coração

Prof. Esp. Sebastião Clementino da Silva
Universidade do Sagrado Coração

Bauru, 05 de Dezembro de 2016.

Dedico este trabalho a minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade alcançada, por me fortalecer e me encorajar todos os dias, me motivando com gestos pequenos ao decorrer dos meus dias.

Agradeço minha orientadora Roberta, que mesmo com todos os seus afazeres dedicou seu tempo para me auxiliar com muita paciência e amor.

Agradeço aos professores de todos os anos, que também contribuíram para minha formação.

Agradeço a toda minha família e amigos, pelo auxílio nos momentos difíceis e delicados durante o término do curso, sempre relevando o período estressante e me incentivando às novas experiências como degrau para o meu crescimento intelectual.

Agradeço aos meus amigos universitários, Angela Oliveira, Lisiane Oliveira, Lucas Batista e Maira Bezerra, pela compreensão, amizade sincera e ajuda mútua nesse período difícil.

Agradeço também os outros colegas de classe que contribuíram muito para meu aprendizado.

Agradeço em particular uma amiga muito querida Izabel Cristina Santos, que me alegrava nos caminhos da faculdade me ajudando com palavras de paciência e chás calmantes.

Agradeço aos meus chefes Sandra e Rafael Picado Gonçalves, que estão sempre me auxiliando e apoiando em tempos difíceis.

Agradeço a todos que não citei, mas que em algum momento me auxiliaram de várias formas, contribuindo para meu crescimento pessoal.

E por fim agradeço a mim, pois sem minha própria dedicação tudo isso não seria possível.

“Ainda que as circunstâncias influam muito sobre o nosso caráter, a vontade pode modificar as circunstâncias em nosso favor”.

(John Stuart Mill)

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão acerca da intolerância religiosa em relação ao Islamismo, fomentada por informações mais instantâneas, e tendenciosas características da globalização. A mídia tornou-se uma poderosa arma de comunicação massiva para os estados através do uso do *soft power*. Os atentados do 11 de setembro, em particular, estabelecem um marco em relação ao fluxo de informações, que influenciaram a opinião pública, no sentido de fomentar a intolerância religiosa e preconceitos contra muçulmanos, desencadeando um contexto de islamofobia. Nesse contexto, o terror pragmático é fomentado pela mídia, apoiado e praticado por atores considerados grupos de poder. O trabalho pretende exemplificar esse cenário por meio de análise das propagações de ódio do Jornal Charlie Hebdo por meio de charges ridicularizando a cultura Islâmica, que resultaram nos atentados em 2015. Ao mesmo tempo, também será abordada a expansão do Estado Islâmico propagado pela mídia, vinculado ao fundamentalismo islâmico radical, contextualizada em uma análise crítica dentro dos conceitos de liberdade de expressão.

Palavras-chave: Charlie Hebdo. Imprensa. Islamofobia. Opinião Pública. Soft Power

ABSTRACT

This work proposes a reflection on religious intolerance towards Islam, fomented by more instantaneous and biased information characteristic of globalization. The media has become a powerful weapon of mass communication to the states through the use of soft power. The September 11 attacks, in particular, set a milestone in the flow of information, which has influenced public opinion, to foment religious intolerance and prejudice against Muslims, triggering a context of Islamophobia. In this context, pragmatic terror is fostered by the media and supported and practiced by actors considered power groups. The paper aims to exemplify this scenario by analyzing the hateful spreads of the Charlie Hebdo newspaper through cartoons ridiculing the Islamic culture that resulted in the attacks in 2015. At the same time, it will also address the spread of the Islamic state propagated by the media, Linked to radical Islamic fundamentalism, contextualized in a critical analysis within the concepts of freedom of expression.

Keywords: Charlie Hebdo. Islamphobia. Press. Public opinion. Soft Power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Charges islâmicas, elaborado pelo jornal Jyllands-	63
Figura 2 - Maomé lastimando os radicais islâmicos.....	64
Figura 3 - Maomé satirizando tipos de punições cristã.....	65
Figura 4 - O amor é mais forte que o ódio, islâmico beijando	65
Figura 5: O Alcorão, não detém balas.....	66
Figura 6- Sátira do rabino e do muçulmano, "não zombe"	66
Figura 7 - Refugiado sírio Aylan Kurdi, afogado na praia	67
Figura 8- Michael Houellebecq, autor polêmico pela revista	68
Figura 9 - A volta de Maomé, no sentido violento	69
Figura 10 - Escravas sexuais de grupos terroristas	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A CONSTRUÇÃO DO SOFT POWER.....	12
2.2	Contexto histórico da imprensa.....	14
2.1.1	Liberdade de Imprensa e Expressão.....	19
2.1.2	Mídia e o Quarto Poder	23
2.1.2.1	Mass Media Contemporânea	26
2.1.3	Opinião Pública.....	29
3	TERRORISMO E FORMAÇÃO DA AGENDA DA OPINIÃO PÚBLICA	33
3.1.	A DOCTRINA BUSH, A GUERRA CONTRA O TERROR E O 11 DE SETEMBRO	34
3.1.1.	Expansionismo Americano	39
3.1.2	Fundamentalismo islâmico	41
3.1.3	Fundamentalismo Islâmico Ortodoxo.	47
3.2	ESTADO ISLÂMICO OU ESTADO ISLÂMICO DO IRAQUE E DO LEVANTE (ISIS)	48
4	O LEVANTE DA ISLAMOFOBIA.....	54
4.1.	A ISLAMOFOBIA DA REVISTA CHARLIE HEBDO	60
4.1.1.	Charges satirizando o islamismo.....	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS.....	76

1 INTRODUÇÃO

O mundo passa por um período de transição econômica, política e social um tanto complexa, com a profusão de novos atores nas relações internacionais. Para entender esse contexto, devemos buscar raízes históricas para uma análise adequada do cenário presente. Dessa forma, o presente trabalho propõe estudar a relevância da imprensa e opinião pública como determinantes da agenda internacional, levando em conta as transformações e conflitos cultural, religioso, sócio-político, socioeconômico, além da disputa de poder no qual os meios de comunicação deram um poder diferenciado para os Estados e grupos terroristas. Assim, o estudo propõe um novo conceito interpretativo das tendências causadas pelos acontecimentos de forma global que caracterizam e influenciam a estrutura social dessa nova era.

A imprensa tornou-se, ao longo dos anos, o olhar do Estado, pois a imprensa convive com diversas realidades e contextos que acontecem a quilômetros de distância. Dessa forma, as mensagens geradas podem ser uma ameaça ou uma vertente interessante, e sempre há quem as compre. Em um mundo globalizado, a noção da veracidade dos fatos pela opinião pública fica notoriamente vulnerável perante a imensidão de notícias compartilhadas pela mídia, no qual a sociedade é inserida sem a percepção de influência ou indução do conteúdo programado.

O trabalho se embasa na teoria denominada *soft power*, introduzida ao longo da história de diversas maneiras no cotidiano da sociedade, gerando tendências que interferem em povos e culturas inteiros. Ao mesmo tempo, a necessidade de defender ideologias construídas historicamente, hoje estão se impactando nas relações entre culturas.

A esse respeito, cabe destacar a percepção de Edward Said, para quem o Oriente é uma invenção do Ocidente, este tido como um conjunto de fatores hegemônicos. A visão que pregamos em relação ao Oriente geralmente é permeada por valores negativos, colocando-os como seres inferiores, primitivos. Ou seja, trata-se de uma percepção imaginada, muitas vezes moldada pela mídia.

Diante dessas dificuldades no que concerne à diversidade cultural, o trabalho destaca a construção da islamofobia e violência ensejadas pela intolerância cultural em relação ao Islamismo, justificada por práticas terroristas cada vez mais frequentes.

O primeiro capítulo explana, a aplicação do *soft power*, conceito de Joseph Nye, enquanto instrumento que influencia comportamentos, sendo arma de uso pela mídia e estados de cultura hegemônica, podendo ser tendenciosa a ponto de influenciar culturas através da

comunicação massiva. Ainda no mesmo capítulo, apresentamos o contexto histórico da imprensa para possibilitar a compreensão da influência da opinião pública, bem como da liberdade de expressão e o princípio da ofensa, uma vez que tantos canais informativos usam a liberdade de expressão para expor conteúdo maliciosos e tendenciosos, com versões críticas ao conteúdo proposto, a islamofobia.

O capítulo seguinte se dedica ao terrorismo pragmático, sua origem e contextos relevantes para a conclusão proposta. Aqui, o estudo explicita alguns fatores históricos; como a formação de grupos terrorista e sua intensificação após o atentado de 11 setembro, a doutrina do presidente americano George W. Bush e a mensagem exposta ao mundo, que para o caminho divino e correto é necessário a aceitação de uma democracia, “amparada” pelo governo americano; proposta expansionista que busca sua inserção em nome de Deus.

Devido ao caos de violência a intolerância religiosa, a necessidade de buscar fatos histórico também é construído para a compreensão social, devido a religião do islã e muçulmana.

Para exemplificar a intolerância religiosa e suas consequências a partir da propagando compartilhada, o terceiro capítulo se dedica a analisar criticamente a postura assumida pela revista francesa Charlie Hebdo, que, através de desenhos satíros, expõe o Islamismo de maneira radical. Dessa maneira, é perceptível que o choque das civilizações como propõe Samuel Huntington, no qual o autor defende os próximos conflitos com o fator motivacional será a cultura, fica perceptível, diante do atual contexto de intolerância religiosa e cultural. Finalmente, o trabalho propõe algumas considerações acerca da exploração bibliográfica realizada.

O método utilizado para o desenvolvimento desse trabalho é o bibliográfico, fazendo uso das tecnologias disponíveis, para alcançar as informações e teoria necessária nos tema aplicando o conhecimento e relevância científica no estudo a ser realizado, valendo-se de pesquisa exploratória qualitativa, tendo como fonte livros, periódicos, sites e artigos.

2 A CONSTRUÇÃO DO SOFT POWER

No campo das Relações Internacionais a formação das agendas midiáticas está cada vez mais rápida, gerando impacto na sociedade internacional como o terrorismo transacional pragmático.

Além disso, a presença constante da mídia e seu engajamento para fornecer informações instantâneas, gera dificuldades nas ações dos governos, expondo a carência de possíveis soluções e entendimentos no sistema midiático internacional, fomentado pelo uso do Soft Power. Da mesma forma, a mídia também pode ser um instrumento de política externa dos países.

Cunhado por Joseph Nye¹, o termo Soft Power foi introduzido no final dos anos 1980, usado para expressar o poder de influência praticado em várias dimensões internacionais. Tal uso fica evidenciado depois dos atentados de 11 de setembro (OLIVERIA, 2010).

Na visão de Nye, o *soft Power* é um instrumento mais sentido do que medido, comparando-o, por exemplo, sentimentos como o amor, sempre em transformação.

Contudo, é importante ressaltar que no mundo contemporâneo, na era da informação digital, o soft Power tende a se expandir e isso gera uma fonte de poder instrumentalizado pela mídia.

A respeito do conceito de *Soft Power*, podemos destacar que:

É uma expressão criada por Joseph Nye, com o intuito de descrever a habilidade política, não somente por parte dos Estados, em influenciar indiretamente o comportamento e o interesse dos demais atores das relações internacionais. Para Nye, o conceito básico de soft power relaciona-se com a habilidade de influenciar os outros a fazer aquilo que se deseja, sem necessidade de emprego da força bruta (hard power), tendo em vista que essa sempre foi a medida realista de poder predominante (NYE 2002, p. 70, apud OLIVEIRA, 2010, p. 257).

A persuasão exercida através do *soft power* na sociedade internacional se faz presente em vários meios comunicação, como uma propaganda, discurso político, ou uma simples reportagem.

¹ José S. Nye Jr. Cientista político, norte americano, Professor em Harvard de Serviços Distintos Harvard Kennedy School, é um membro da Academia Americana de Artes e Ciências, a Academia Britânica e da Academia Americana de Diplomacia. Disponível em: <<https://www.hks.harvard.edu/about/faculty-staff-directory/joseph-nye>>. Acesso em 30 de Setembro de 2016.

Diante disso, o soft Power pode ser considerado como uma “segunda face do poder”, e que isso se deve à proposta de se estabelecer uma agenda política mundial e atrair a posição de outros países no sistema internacional (OLIVEIRA, 2010).

O soft Power tem diversas características, porém o poder por ele exercido depende do contexto do ator internacional que faz uso dele. Tal poder está relacionado à crescente globalização e a imersão na lógica neoliberal dos países no cenário internacional, ou seja, diz respeito à credibilidade do país perante a sociedade internacional ou seja, quanto maior o poder econômico de um país, mais habilitado ele estará para usar o soft Power. Dessa maneira o poder político é a competência impor sua decisão aos demais que influencia os resultados da conduta de uma nação (OLIVEIRA, 2010).

A cultura e a mídia são exploradas pelo poder do soft Power e compartilhadas no meio internacional; com isso, podemos concluir que o Soft Power é a aptidão de adaptar a primazia dos outros em algo que se deseja, que nesse caminho encontramos a morada da política e habilidade de legitimar e estabelecer regras internacionais. Entretanto, não se deve considerar o soft Power como poder que influencia e sim uma fonte de influência e meio de atração (OLIVEIRA, 2010).

Atualmente, o poder oriundo da articulação mídia e *soft power* está concentrado nas mãos de grupos econômicos com forte relevância nacional ou internacional, ou de estados que visam não apenas o lucro político mas também o lucro financeiro globalizado. Podemos citar como exemplo o canal americano CNN, que trabalha em conjunto com o governo.

Cabe ressaltar que o uso do *soft power* ficou muito mais rápido através dos sistemas informatizados tecnologicamente, obtendo um crescimento relevante após os mercados estarem mais voláteis e liberais. Isso gera facilidade na manipulação da informação, transformando a comunicação em mercadoria, e valorizando a indústria da mídia de forma constante, em virtude do jogo de interesses e poder que regulam o mercado lucrativo (OLIVEIRA, 2010).

Quando comparada ao *hard power* (poder bruto), o *soft power* (poder brando) é empregado tendo-se em mente que os resultados chegarão em médio ou longo prazo, uma vez que a sociedade contribui para o seu uso, construindo elementos que fortalecem o poderio da mídia.

Portanto, o famoso poder brando a que Joseph Nye se refere está intimamente ligado ao poder de persuasão, em que a mídia é um veículo vinculante de informação, configurando-

se como uma arma ideológica de poder para as nações fortemente relevante na esfera internacional (OLIVEIRA, 2010).

Ao mesmo tempo, Cristina Soreanu Peccequilo (2010, p. 97), destaca que a construção do *soft power* está ligada a fatores técnicos e econômicos, sendo fundamental para projeção e posição de poder no sistema internacional. Esse processo tecnológico já permitia a projeção de poder na era científica, em que foi utilizado o poder militar para a evolução da posição no sistema internacional.

Vale ressaltar também que os meios de informação e comunicação se transformaram em instrumentos de poder político e ideológico no domínio contínuo de Estados autoritários, que barram o fluxo de informações. Dessa maneira, a tecnologia é um instrumento de poder para as nações.

Analisando o *soft power* pelo âmbito econômico, ele é exercido por meio do conhecimento que permite exploração de riquezas em outras nações, constituindo um poder de influência sobre elas, como é o caso do petróleo no Iraque (PECCEQUILO, 2010).

Do ponto de vista de poder ideológico, associado à sociedade cultural de atores diversos, o *soft power* é utilizado como instrumento para justificar determinadas ações desenvolvidas em uma determinada localidade, o que contribui diretamente com formulação da política local, e até mesmo com a manutenção de conflitos ou paz (PECCEQUILO, 2010).

Ante o exposto, podemos perceber que o poder brando é frequentemente utilizado ao longo da história, deixando restrito o poder sobre as informações dentro de um grupo ou sociedade, ou ainda disseminando informações selecionadas pelos países, conforme os seus interesses.

Para uma melhor compreensão da utilização da mídia enquanto instrumento de poder, abordaremos a seguir um breve contexto histórico da imprensa.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA IMPRENSA

Para compreender como a imprensa se configura como um instrumento de *soft power*, é necessário analisar, primeiramente, seu histórico, haja vista que o uso desse poder é empregado de diversas maneiras por meio da imprensa. Prosseguiremos, então, com uma breve apresentação da evolução da imprensa.

Desde a Era Escrita os povos da Mesopotâmia, Egito já tentavam padronizar os símbolos como forma de linguagem em 4.000 antes de Cristo. Porém foi em 1.700 antes de

Cristo o povo do norte do Golfo Persico, os Sumérios, que criaram os primeiros passos da escrita fonética, tornando a leitura fácil, pois teriam que somente decorar os símbolos existentes (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993).

Contudo a escrita alfabética somente surgiu dentro de 1.000 anos, disseminando rápido, chegando à Grécia, onde depois de imposições pelo tradicionalismo dos símbolos os gregos simplificaram o sistema alfabético tornando-o padrão (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993).

A mídia portátil era um grande recurso entre os povos da época, sendo a gravação feita na pedra, e tinha extensa durabilidade, todavia a dificuldade estava em transporta-la. Conforme a evolução da sociedade, buscavam-se maneiras desse meio de comunicação tornar-se mais eficaz de locomoção. Buscando evoluir elaboraram os primeiros livros de casca de arvores (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993).

Com as invasões da Espanha por conquista de terras, foram queimados milhares de livros na tentativa de enfraquecer o poder da igreja e líderes sobre a sociedade, restando alguns exemplares, pois somente os sacerdotes aprendiam a ler e isso era alvo de poder da igreja.

O fator fundamental ocorrido nessa época foi a evolução em buscar possibilidades em registrar culturas e transporta-las para outros povos deixando na forma de símbolos e figuras que os escribas interpretavam e modificaram a comunicação social da época. Tornaram-se grandes líderes de poderes que controlavam a burguesia. Com isso abriram-se bibliotecas, escolas para os escribas, que foram feitos registro de igrejas, doenças, acontecimentos marcantes, sendo um marco importante para a humanidade dentro da comunicação (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993).

Esses fatores propiciou um avanço no campo da Era da Impressão, que precisam atualizar uma forma mais elaborada e repetitiva obras elaboradas a mão, onde só teriam acesso pessoas com recursos para isto, tonando ainda muito restrito a sociedade.

E foi nesse cenário que o alemão Johann Gutenberg² desenvolveu um molde que repetia as letras muitas vezes, fazendo cópias de um mesmo documento, porém com pouca

² “Johann Gutemberg, originário da Alemanha, em Mainz, por volta do ano de 1400, teve de se exilar por questões políticas, transferindo-se para Estrasburgo, onde viria a se interessar pela gravação de xilogravuras sacras. Em 1436, ligou-se a João Riffe, formando uma empresa à qual, posteriormente, vieram a associar-se André Dritzsehen e André Heilmann. A sociedade durou pouco, mas pesquisas apontam que todos estiveram envolvidos com a montagem de uma prensa aperfeiçoada, condição necessária para a impressão tipográfica. O invento de Gutemberg barateou o livro, tornando a cultura acessível a um maior número de pessoas. Os livros manuscritos eram caríssimos, principalmente porque exigiam sempre o mesmo trabalho, o mesmo tempo de feitura, a mesma mão-de-obra, enfim, qualquer fosse o número de exemplares produzidos. Com a

nitidez. Gutenberg é considerado o “pai da tipografia”, permitindo uma grande evolução para os meios de comunicação. Após 20 anos, conseguiu recursos para aperfeiçoar o molde tipográfico que reproduziu a bíblia com 42 linhas sendo um progresso que modificou os meios comunicativos (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993).

No século XVI foram desenvolvidos vários moldes de impressão que produziam milhares de livros em outras línguas no continente europeu. Isso despertou o interesse para a aprendizagem da leitura e se espalhou na Europa, na Inglaterra e no Novo Mundo, e logo nos Estados Unidos, onde a imprensa local distribuía os informativos para a burguesia. A partir de então, a distribuição de informação se tornou um “sistema”, capaz de propiciar dinheiro e poder.

A respeito de um possível conceito de imprensa, Jorge Pedro Sousa destaca:

O termo imprensa pode ser tido em várias asserções. Pode designar os meios jornalísticos ou o jornalismo no seu conjunto, pode designar a tipografia e também pode designar o conjunto das publicações impressas. São estes dois últimos conceitos que aqui se abordam. A grande vantagem da imprensa é permitir ao receptor o controlo da exposição à mensagem (leitura, recapitulação...). Esta pode ser mais complexa do que noutros meios (SOUZA, 2006, p. 541).

Após o século XVII os jornais existentes em governos fortes tendiam a crescer devagar devido ao regulamentação do governo e em países de governos fracos sem regulamentação expressiva, os jornais desenvolviam-se muito mais rápido, porque sofriam menos controle e geravam relevância no destino político de cada governo.

Em 1830 em Nova York foi criado o primeiro jornal em massa, “Jornal de tostão”, e assim a ideia se espalhou pelo mundo, que a partir do século XIX o aperfeiçoamento tecnológico permitiu uma rápida impressão, sendo mais barata e contendo ideias básicas para o primeiro produto de comunicação em massa. Esse processo proporcionou grandes modificações que influenciaram a humanidade, não somente nos padrões de vida de múltiplas culturas mas também do indivíduo (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993).

A liberdade de expressão começou a ser discutida na época monarca quando surgiu os primeiros pensamentos de democracia política no enfraquecimento das monarquias. Essas mudanças foram fundamentais para o crescimento da comunicação massiva, pois foi de

grande uso para os partidos políticos no debate público (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993).

Nesse contexto, acirrou-se o cenário jornalístico em busca pela venda com outros jornais concorrentes e para expandir suas vendas usavam-se de macetes, artifícios, inovações. Em 1890, Nova York os jornais fomentados pela disputa concorrencial no mercado, usavam várias formas de atração, como sensacionalismo e ostensivo, em um ato de conseguir mais leitores.

Em um caso particular e curioso, um jornal famoso da época, “jornalista amarelo³”, ofendeu a sociedade publicando temas como violência e sexo, gerando muitas críticas e ultrapassando os limites da ética jornalística e influência na degeneração populacional do conteúdo jornalístico. Isso gerou desconfiança no público, e acabou refletindo na perda dos lucros.

Esses conflitos nos meios de comunicação proporcionaram um aspecto positivo e relevante para a sociedade, que foi a crescente responsabilidade de imprensa e o limite ao conteúdo, levando a uma série de regras possibilitando institucionalizar normas e regras nos veículos de comunicação (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993).

Aqui, cabe ressaltar que a Revolução Francesa ⁴contribuiu para alguns aspectos na evolução dos meios de comunicação massiva; por exemplo, o lema “liberdade, igualdade e fraternidade”, faziam referência à alfabetização para todos e liberalismo na política, o que permitiu circulação de pessoas e ideias. Esse fator é bastante perceptível na Revolução Industrial⁵, quando notou-se a quantidade crescente de indivíduos alfabetizados (MIRANDA, 2007).

Ao mesmo tempo, um olhar clínico empresarial percebeu o nicho de mercado midiático que o aumento de indivíduos alfabetizados durante a Revolução Industrial, pois seria de grande valor para a divulgação de produtos e serviços.

³O período marcado com o nome de jornalista amarelo, foi a rivalidade brutal da imprensa em massa. Nesse período a imprensa abafou completamente os canais informativos, com temas relacionados a violência e sexo, ou seja, a degeneração da sociedade, ofendendo completamente a Sociedade (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 72)

⁴Revolução Francesa, ocorreu no ano de 1789, que radicalizou a política, dividindo o contexto histórico entre Idade Moderna e Contemporânea, sendo uma das guerras mais sangrentas da história. Disponível em: <http://historiadomundo.uol.com.br/idade-moderna/revolucao-francesa.htm>. Acesso dia 30 de Setembro de 2016

⁵Revolução Industrial, ocorreu em 1760, com a invenção da máquina a vapor que fomentou as indústrias na Inglaterra revolucionando a tecnologia. Disponível em: <http://historiadomundo.uol.com.br/idade-moderna/revolucao-industrial.htm>> Acesso em 30 de Setembro de 2016

Assim com a Revolução Industrial a área da comunicação ficou mais barata e acessível, levando a comunicação para um novo horizonte de acirramento entre concorrências, indústrias, comércio e serviços (MIRANDA, 2007).

Segundo o estudo feito por Miranda ressalta que:

Conforme a Revolução Industrial tomou velocidade, meios de massa com base industrial, tais como livros e jornais, apareceram e proliferaram. Conforme a demanda de massa por meios impressos crescia, os meios tendiam a se tornar mais baratos. A maioria dos países presenciou o crescimento de grandes jornais urbanos e um aumento da publicação de livros. Entretanto, tanto o analfabetismo quanto a falta de dinheiro continuaram a limitar a leitura. Muitas pessoas não podiam dispor do dinheiro para um jornal, nem liam tão bem para apreciá-lo. (...) Assim, vemos que a classe social está geralmente conectada ao uso da mídia. A industrialização por vezes aumenta a estratificação social. Embora muitas pessoas mais pobres avancem ao obter trabalhos industriais, as lacunas relativas entre ricos e pobres aumentaram em muito em muitos países em desenvolvimento (STRAUBAHAAR ; LA ROSE, 2004, p. 33-34, apud MIRANDA, 2007, p. 15).

Ao mesmo tempo, com uma maior incidência de pessoas alfabetizadas, estimulou-se também a evolução técnica da impressão; nesse sentido, novos pensamentos e a opinião pública se inserem em um novo contexto, em que a elite buscava, uma nova maneira de controlar essa nova classe consumidora. (MIRANDA, 2007).

Portanto, os veículos informativos evoluíram com forte tendência de influência massiva, percorrendo várias épocas como meio de persuasão para obter um controle sobre a sociedade. Essa lógica também era válida durante a celebração de acordos internacionais entre países, influenciando também o seu relacionamento (SARFATI, 2005).

Fato histórico curioso, foi durante a Primeira Guerra Mundial⁶, quando a imprensa jornalística tinha a responsabilidade de informar a respeito do conflito; porém, os jornalistas em campo de batalha eram impedidos de levar a informação correta à sociedade por forças do governo, exércitos e de empresários dos canais de imprensa. Esse fato gerou várias desconfianças por parte do senador americano, Hiram Johnson, (1918), que se posicionou contra a participação dos Estados Unidos na Primeira Grande Guerra, por se preocupar com a verdade que era disseminada aos governos (GREENSLADE, 2014).

Essa censura dos fatos era praticada por governos que se diziam favoráveis à guerra, junto a empresários e donos de jornais. Tais acontecimentos fizeram com que a Grã-Bretanha

⁶ Primeira Guerra Mundial, começou em 1914, envolvendo grandes estados que sucedeu no continente europeu, dentre muitas causas por disputas territoriais, umas das causas foi a política imperialista das potências. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/primeiraguerra/>> Acesso em 30 de Setembro de 2016

e Canadá fossem a favor da guerra e sufocassem os veículos de informações que geravam deslealdade e poderiam manipular informações para enfraquecer os governos.

Todavia essa manipulação nas fontes de comunicação foi feita com cautela: no caso dos Estados Unidos, o governo agiu com cautela e buscou o apoio da opinião pública para justificar a entrada do país na guerra (GREENSLADE, 2014).

2.1.1 Liberdade de Imprensa e Expressão

Com o constante desenvolvimento dos meios de comunicação, e, portanto, com ou aumento do fluxo de informações e notícias geradas pela imprensa, foi necessária a normatização e proteção de jornalistas e canais informativos para levantar a veracidade dos fatos, trazendo um projeto ético e imparcial diante dos acontecimentos. Dessa forma, discorremos a seguir a respeito do desenvolvimento da noção de liberdade de imprensa e expressão que seguem em vias de mão dupla em sentido do princípio da ofensa e prevenir danos.

A partir do século XVII até o século XIX, a busca por uma imprensa livre do poder do estado foi constante, haja vista que o estado tinha o papel de controlar e restringir toda a informação mal vista geradora de maus princípios, pelos olhos dos funcionários do estado. O estado obtinha o controle através de taxas, subsídios e censura oficializada (THOMPSON, 2009).

Esse cenário ia de encontro às lutas pela liberdade do indivíduo contra a repressão do governo, condizentes a uma democracia liberal. Os fundadores do pensamento da imprensa liberal foram James Mill, John Stuart Mill e Jeremy Bentham.

Eles consideravam que:

A expressão livre da opinião através dos órgãos de uma imprensa independente como o meio mais importante através do qual uma diversidade como pontos de vista poderia ser expressa, e uma opinião pública esclarecida poderia ser formada, e os abusos do poder do estado praticados por governos corruptos e tirânicos, fiscalizados. Embora pontos de vistas diferissem sob vários aspectos, eles, geralmente, estavam concordes na visão de que uma imprensa livre e independente era uma salvaguarda vital contra o uso despótico do poder do estado. Uma imprensa livre e independente desempenharia o papel de um vigilante crítico: não apenas articularia uma diversidade de opiniões e, com isto, enriqueceria a esfera do conhecimento e do debate, mas também exporia e criticaria as atividades daqueles que governam e os princípios nos quais baseiam suas decisões (THOMPSON, 2009, p. 324).

Contudo, não obtiveram tanto sucesso em seus anseios pela imprensa livre, pois, a partir de 1695, pessoas podiam publicar o que desejassem, desde de que o conteúdo não tivesse caráter prejudicial e malicioso perante a sociedade; caso isso ocorresse seriam submetidos a julgamento na corte de justiça local (THOMPSON, 2009).

Porem os textos políticos dificilmente não eram considerados prejudiciais, o que fomentava a arrecadação de mais impostos. Com o passar do tempo esse cenário foi se modificando, abrindo caminho para o desenvolvimento da indústria ocidental, que passou a reconhecer a importância do princípio da liberdade de imprensa, através da qual a sociedade poderia expressar suas opiniões, sem repressão do estado, podendo ser responsabilizado caso houvesse casos de difamação, calúnia, ou outro meio prejudicial (THOMPSON, 2009).

Em 1941 o presidente norte americano Franklin Roosevelt⁷, acreditando em uma sociedade pluralista, proclamou a liberdade de imprensa como um dos princípios de liberdade, para recompor uma ordem mundial pacifica. Considerando o contexto pós Segunda Guerra Mundial, a liberdade é posta como um elemento fundamental para um sistema democrático e uma comunidade aberta, raciocínio consagrado posteriormente, em 1948 pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUHD), (M. LIBERDADE..., [2011-?]).

A esse respeito, a Declaração⁸ destaca em seu artigo XIX que:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentes de fronteiras (DUDH, 2009 p. 10).

Esses direitos são base da construção da ideia do filosofo inglês Stuart Mill, que, visando um mundo digno, democrático e segurança política, embasou esse princípio.

Assim, por meio desse ideário democrático, recebemos informações de todo planeta que estão ligadas à segurança do indivíduo; tal cenário colabora com a disseminação de ameaças e o surgimento de novas tecnologias que tiraram vários grupos ou sociedades de um

⁷ “As Quatro Liberdades”. É conhecido o tema de que o presidente americano está falava, em defesa da democracia americana, Roosevelt segue em defesa da liberdade de expressão, da liberdade de crença, da liberdade das carências e da liberdade do medo. Estariam elas assegurando as expressões essenciais dos direitos humanos básicos. E, a partir delas, Roosevelt poderia instaurar seu plano de Estado de bem-estar social em contraposição ao cenário de guerra que se formava na Europa em 1941”. Disponível em: <<http://zagaiaemrevista.com.br/expressao-das-liberdades/>>. Acesso em 17 de nov. 2016.

⁸ “No dia 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos cujo texto, na íntegra, pode ser lido a seguir. Logo após, a Assembleia Geral solicitou a todos os Países - Membros que publicassem o texto da Declaração “para que ele fosse divulgado, mostrado, lido e explicado, principalmente nas escolas e em outras instituições educacionais, sem distinção nenhuma baseada na situação política ou econômica dos Países ou Estados.” Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 7 de Out. 2016.

contexto de inércia, porém, também colaborou com o surgimento de grupos de crime organizado ou fins econômicos nocivos.

Esse movimento de mão dupla foi intenso na Guerra Fria, quando governos censuravam as informações para que a sociedade local não tivesse partido religioso ou político, ou para o controle de informações em países que fossem submissos a seus governos, na maioria socialistas (M. LIBERDADE..., [2011-?]).

Ao mesmo tempo, há o interesse econômico, evidenciado quando há competição por leitores ou receptores desses canais informacionais que, geralmente, concentram-se em histórias e voltadas a tragédias, conflitos, etc.

Dessa forma, o cerne da imprensa é o equilíbrio entre os extremos, ou seja, a liberdade de expressão e a restrição de fatos conciliados a interesses políticos ou econômicos dentro de um sistema democrático. Devido a esse conflito entre as normas de direito, surgiram vários órgãos e debates para propor um equilíbrio nos meios informativos:

Na sua Convenção sobre Cibercrime, de 2001, o Conselho da Europa já condenou a pornografia a infantil e tentou aumentar a responsabilidade criminal a nível nacional, bem como a cooperação internacional para efeitos de procedimentos judiciais, embora com limitadas garantias de direitos humanos. Um Protocolo Adicional sobre Atos de Natureza Racista ou Xenófoba Cometidos por Meio de Sistemas Informáticos foi adotado em 2003. A adesão por parte de países não europeus foi autorizada e a Convenção foi já ratificada por países como o Canadá, Japão, República da África do Sul e os EUA. Em janeiro de 2012, a Convenção tinha 32 ratificações e o Protocolo Adicional tinha 20 ratificações (M. LIBERDADE..., [2011-?] p.417).

Aqui, a liberdade de expressão está contemplada em sentido amplo, qual seja, um instrumento capaz de levar informações, difundir conceitos, seja ela por satélite, internet, cartas, etc.; trata-se de uma fonte de conhecimento e, ao mesmo tempo, de um direito político e civil, pelo fato de a liberdade de expressão ser necessária na construção de ideias e fatos em uma sociedade (M. LIBERDADE..., [2011-?]).

A noção de liberdade de expressão engloba ainda outros temas, como a liberdade religiosa, liberdade de educação e a não-discriminação, de modo a evitar a propagação de xenofobia, racismo ou discriminação religiosa, atribuindo aos países o dever de zelar por esses direitos em âmbito interno (M. LIBERDADE..., [2011-?]).

Outro ponto crucial aqui é o da ofensa, que está ligada aos valores e atitudes que o indivíduo atribui ao que está proferindo. Dessa forma, podemos dizer que a liberdade de expressão é excessiva quando lesa outro indivíduo, ou seja, não se pode defender como

liberdade de expressão tentativas de ridicularização que fomentam ódio, perseguição, segregação em relação a uma pessoa ou comunidade, em virtude dos seus valores (SIMPSON, 2013).

Desse modo, faz-se necessária uma análise dos discursos proferidos entre nocivo e ofensivo para a análise do julgamento sobre a liberdade de expressão (SIMPSON, 2013).

Nesse sentido, os canais informacionais têm uma grande responsabilidade na construção de um mundo democrático e plural nas relações internacionais. Essa responsabilidade cada vez mais ganha destaque na agenda internacional: o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 2011, por exemplo, reconheceu como positivo o combate à intolerância religiosa:

[...]Apesar de expressar uma preocupação séria relativamente aos estereótipos depreciativos de grupos religiosos (um exemplo seria a Islamofobia), a comissão não apela à adoção de medidas contra a difamação de religiões, uma vez que a sociedade civil e determinados Estados temeram que aquelas tivessem um efeito inibidor no exercício da liberdade de expressão, mas reconheceu que “o debate público de ideias, assim como o diálogo interreligioso e intercultural [...] podem ser consideradas como das melhores medidas de proteção contra a intolerância religiosa [...]”M. LIBERDADE..., [2011-?], p. 427).

Buscando soluções podemos perceber o quanto está melhorando, porém o estudo proposto é a participação imparcial da mídia em relação a todos esses direitos, como o da minoria que procuram ser respeitadas diante de preconceitos de várias facetas com grupos menores que desencadeiam a desordem pública (M. LIBERDADE..., [2011-?]).

Portanto, a responsabilidade da imprensa está relacionada a toda uma teia de construção social que estará acoplada ao desenvolvimento cultural de um grupo que influencia no comportamento individual, sendo assim, cabe destacar a responsabilidade:

Como plano de fundo de toda a discussão referente ao comportamento humano, é importante destacar a acepção do termo “sociedade”, que aqui utilizado refere-se à sociedade civil, que, de acordo com a acepção mais utilizada atualmente, que é genericamente marxista, entende-se por uma esfera de relações entre indivíduos, grupos e classes econômicas na qual têm lugar conflitos econômicos, religiosos, sociais e ideológicos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os (BOBBIO, 1998, p. 1120 apud MAGALHÃES, 2013).

Podemos observar, então, que, quando há uma colisão entre direitos, a saída é o princípio harmonização monitorada pelo Estado e até indivíduo, sendo fundamental a pluralidade de interpretações para o caso e uma percepção de razoabilidade ofensiva para a sociedade (PIRES, 2011).

2.1.2 Mídia e o Quarto Poder

Dentro do cenário de muitas informações expostas em tempo real, a mídia é um fator determinante para a discussão da liberdade de expressão. Ao mesmo tempo, está cada vez mais invasiva, sem sentidos gerais sobre assuntos que determinam focos de audiência, sem a breve preocupação com o conteúdo exposto.

Nesse sentido, a mídia está não possui um conceito claro, podendo ser qualquer veículo informativo, que leva fatos relevantes e marcantes que podemos recordar, seja ela uma boato, tragédia, política, enfim a mídia está presente nos diversos assuntos e fatores que compõe a opinião pública, como tendências, fatos históricos, culturais, polêmicos, normas e regras sociais.

Com isso adotamos ideias, mudamos nossas vestimentas conforme a mídia se instala em diversos conteúdos, sem nos darmos conta da ideia que nos mostram no dia a dia para termos como opinião ou visão de ideias subliminares e subjacentes no sentido de sistematizar uma ideia universal.

O estudo para este tópico enfatiza a relação entre mídia e o *soft power* em vias expressas dos veículos de comunicação. Portanto, esta etapa propõe analisar o quanto o Soft Power está articulado com a mídia em várias fragmentações para gerar lucratividade e poder.

Nesse contexto percebemos a intenção gerada pela mídia e nos interesses particulares que está associada a lucratividade, transformando valores, modificando grupos sociais, persuadindo contextos e novos sentidos como se fossem juízes da razão em valores universais.

Podemos então considerar a mídia como um dos poderes econômicos mais vigentes atualmente, levando informações sugestivas para toda a sociedade. Dessa forma, é considerada como o Quarto Poder, isto é, o quarto maior segmento econômico no mundo, age conforme a tendência de entretenimento que gera lucratividade, pode influenciar, campanhas, conflitos e também conduzir a verdade (SILVA, 2016).

Cabe destacar que na teoria norte-americana e liberal sobre jornalismo, o jornalismo praticado pela mídia seria o Quarto poder, fiscalizador dos poderes constituídos nas democracias que exerce sua função em nome do interesse público e como um fórum público. (RAMONET, 2003 apud GUAZINA, 2007).

Porém a mídia contribui muito para a formação de modismos culturais da sociedade e de linguagem, porque todas as informações contidas estão empregadas de formas subliminares que transmite a ideologia desejada. Dessa forma, é possível questionar: o perigo está no que a mídia silencia? Esclarece ou confunde? Nessa confusa transmissão informativa o indivíduo está silenciado de sua cidadania e liberdade (SILVA, 2016).

As críticas da mídia contemporânea residem principalmente no fato de como o indivíduo se comporta em receber tudo que é ofertado sem questionamentos ou críticas, incapaz de refletir sobre a informação pelo domínio carismático geradora de ideias altamente dominadoras.

A esse respeito, Ramonet destaca que:

Os colonizadores e seus opressores sabem que a relação de domínio não está fundada apenas na supremacia da força. Passado o tempo da conquista, soa a hora do controle dos espíritos. E é tanto mais fácil dominar, quando o domínio permanece inconsciente. Daí a importância da persuasão clandestina e da propaganda secreta, pois, a longo prazo, para todo império que deseja durar, a grande aposta consiste em domesticar as almas, torná-las dóceis e depois subjugar-las (RAMONET, 2002, p.21).

Ao mesmo tempo, podemos destacar o comportamento humano na comunicação que transforma culturas, no sentido de que “que nós não vemos a realidade como ela é, mas como são nossas linguagens, que são nossas mídias, que são nossas metáforas, que criam nossas culturas, crenças que são modificados pelo sistema tecnológico (CASTELLS, 2000).

Ainda, Manuel Castells, afirma que desde o ano 2000, essa sistematização tecnológica gerada pela mídia iria ocorrer de forma distribuída geograficamente que seria dominantes na sociedade internacional, isso já acontecia na internet, empresas e governos moldando totalmente culturas pela difusão global. Notoriamente a mediação entre a influência dos veículos de comunicação, interesses políticos, sociais, empresariais e governamentais criou-se uma novo padrão cultural (CASTELLS, 2000).

É importante destacar aqui que o processo de difusão nas vias de comunicação, se difundiu após a Segunda Guerra Mundial⁹, com destaque para a TV. O rádio já não era tão atrativo, e os jornais tiveram que se especializar, criar estratégias para sobreviverem ao novo

⁹“Segunda Guerra Mundial, iniciada em setembro de 1939, foi a maior catástrofe provocada pelo homem em toda a sua longa história. Envolveu setenta e duas nações e foi travada em todos os continentes, de forma direta ou indiretamente. O número de mortos superou os cinquenta milhões havendo ainda uns vinte e oito milhões de mutilados.” Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/segundaguerra/>>. Acesso em 7 de Out. 2016.

meio. A televisão, nesse contexto foi o meio mais preciso para levar informações, notícias, entretenimento, que predominou os meios comunicativos.

A esse respeito, Castells aponta que:

A principal descoberta das pesquisas sobre os efeitos educacionais e publicitários, que devem ser tratadas imparcialmente se quisermos entender a natureza da aprendizagem insignificante em relação à política e cultura, é simplesmente que as pessoas são atraídas para o caminho de menor resistência (NEUMAN, 1991, p. 101 apud CASTELLS, 2000, p. 356).

Castells, reforça esse raciocínio ao defender a síndrome do mínimo esforço, característica da vida corriqueira do indivíduo: depois de um dia exausto a falta de alternativas, estipulam a facilidade do entretenimento dentro do próprio lar. Com isso, percebemos um oligopólio na tecnologia exercida por empresas e governos.

Portanto a TV é inovadora, por enfraquecer o método de Gutenberg, ou seja, a tipografia ou o alfabeto fonético. Assim, “o meio é a mensagem¹⁰”, ou seja, o importante para a mídia é levar a informação, como, já não é tão importante (CASTELLS, 2000).

É evidente, então, que a TV causou uma ruptura nos meios de comunicação global, que incentivou os prazeres e a diversão, sem analisar seus impactos político-sociais, inserida no nosso cotidiano vivenciando a mídia em nossas vidas.

Porém, há estudiosos que pregam o contrário; Neuman por exemplo defende que a mídia não é influenciadora e nem tão poderosa assim, que dados empíricos, constatam que não há provas sólidas de impactos influenciadores na vida do cidadão (CASTELLS, 2000).

Mas então porque as empresas seguem com a publicidade na mídia? Qual o ganho para tal exposição?

A análise feita por Castells aponta que os espectadores pagam pela publicidade na mídia. Porém a análise é bem complexa, ressaltando que necessariamente a mídia está diretamente induzindo conceitos, e sim em mensagens subliminares trabalhadas em grupos

¹⁰ “Marshall McLuhan chegou à conclusão de que só o facto de existirem aparelhos que nos deixam falar com pessoas que estão longe com um tele móvel esse fator já pode ser considerado como mensagem, daí a expressão: “O meio é a mensagem”. A forma como a mensagem é passada, isto é, o meio, é tão importante como a mensagem transmitida pelo mesmo, pois sem o meio, seria impossível transmitir a mensagem. Todos os meios, quer sejam tele móveis, computadores, escrita, máquina fotográfica, entre outros, são extensões do nosso corpo, mente ou sentido. Por tanto McLuhan ressalta que: “Os suportes da comunicação e as tecnologias são determinantes na mensagem: os conteúdos modificam-se em função dos meios que os veiculam. O meio é a mensagem porque é o meio o que modela e controla a escala e forma das associações e trabalho humanos” Disponível em:< <https://digartmedia.wordpress.com/2015/04/18/o-meio-e-a-mensagem-mcluhan/>>. Acesso em 24 de nov. 2016.

específicos da sociedade, ou seja a mídia está ligada diretamente ao comportamento humano (CASTELLS, 2000).

Dessa maneira, a mídia transformou os veículos de comunicação em poderosas armas empresarias e governamentais, alimentando terríveis ideias que estão gerando uma sociedade mapeada por desejos e anseios conduzidos pela mídia que objetivou sua arma para uma grande massa populacional.

Assim, podemos analisar no próximo tópico a comunicação em massa como parte da reflexão do objeto de estudo aqui proposto.

2.1.2.1 Mass Media Contemporânea

Mídia e Relações Internacionais são temas interligados onde a globalização fomenta o fluxo de informações e a necessidade de informações altamente eficaz e imparcial, porém isso fica cada vez mais difícil não sendo face a face. Porém, a transmissão tornou-se um uso bastante influente na agenda internacional, voltada para assuntos caracterizados como novos no cenário global.

A esse respeito, Thompson (1998, p. 30) chama a atenção para o distanciamento entre a produção e o receptor, o que deixa o público alvo muito mais sensível e atraente para a manipulação dos assuntos. Portanto, o papel desempenhado pela mídia hoje pode difundir notícias e agravar impasses existente na arena internacional, ou agravar situações sem um bom funcionamento dos meios comunicativos.

Após a Guerra Fria¹¹, os conflitos entre Estados multiplicaram-se e internamente os conflitos entre civis se intensificaram dentro da esfera estatal. Foi nesse contexto que a mídia ganhou espaço na busca pela liberdade de imprensa, para os relatos de conflitos, adquirindo direitos multilaterais para a sua proteção diante de conflitos internos e externos.

Nesse cenário, surgiram organizações internacionais não governamentais para a regulamentação da imprensa como os Repórteres sem Fronteiras, que anualmente publica em seu site, suas críticas aos desempenhos de vários veículos informativos por sua falta de imparcialidade (SANTOS; FERNANDES; OLIVEIRA, 2011).

¹¹ "A Guerra Fria, que teve seu início logo após a Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991) é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, disputando a hegemonia política, econômica e militar no mundo." Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/guerrafria/>>. Acesso em 7 de outubro de 2016.

Levando em conta, então, os diversos meios de comunicação, e suas diversas maneiras de alcançar o indivíduos e coletividades, podemos entender como mídia:

O conjunto de instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a mídia implica na existência de um intermediário tecnológico para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação mediatizada. Este é um tipo específico de comunicação que aparece tardiamente na história da humanidade e se constitui em um dos importantes símbolos da modernidade. Duas características da mídia são a sua unidirecionalidade e a produção centralizada e padronizada de conteúdo. Concretamente, quando falamos da mídia, estamos nos referindo ao conjunto das emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), de jornais e de revistas, do cinema e das outras diversas instituições que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de massa (LIMA, 2003, apud GUAZINA, 2007, p.9).

Mass Media, são sistemas organizados de produção inteligentes para a comunicação em massa, gerenciadas por empresas privadas, governos e estados. O novo *now know* em reprodução explorada pela concorrência e monopólios da comunicação. O *mass média* se preocupou em difundir informações para a sociedade massiva.

Esse modelo surgiu nos Estados Unidos no período entre 1920 a 1940, para medir os efeitos sobre o comportamento do indivíduo e sua influência na opinião pública centralizando interesses políticos, sociais e na democracia (GUAZINA, 2007).

Os veículos de comunicação deixaram de ser somente campos informativos, passando a ser arquitetos do conhecimento e geradores das agendas de temas públicos. O que colaborou muito foi a globalização, uma vez que a indústria da comunicação obteve várias técnicas e estratégias para adquirir o poder informativo nos dias atuais.

Ao mesmo tempo, o sociólogo John Thompson, reforça que há uma grande diferença entre os termos “comunicação em massa” e “comunicação”, indica algo recíproco, em que existe diálogo entre dois personagens. Portanto o termo correto seria a “transmissão ou difusão em massa”. O autor destaca ainda que o termo “massa” está longe de ser sinônimo de passividade e aceitação coletiva. A reflexão proposta por ele é, então, que a mídia transmite, e o indivíduo recebe os produtos, interpreta e incorpora para a vida (THOMPSON, 1998).

Sendo assim, o fluxo informativo é um canal de mão única, com pluralidade simbólica e interesse financeiro. Uma das características analisadas pelo sociólogo, são os meios técnicos e institucionais para a disseminação, ou seja inovações técnicas usadas para o alcance comercial da indústria mediada, invenção da idade média (THOMPSON, 1998).

Com isso, os paramentos vão ganhando forma para o contexto da comunicação em massa, sendo uma outra característica analisada é a mercantilização simbólica, onde está embutido a valorização econômica, sendo comercializado, vendido, comprado, invadindo o cotidiano de uma sociedade aberta para novos produtos.

Outra característica relevante no cenário midiático massivo, é a produção dos produtos para a venda, que vai ser incorporado sem a manutenção, de aprovação ou não no mercado, mais um sentido de via única.

Isso faz com que as ideias vendidas pela mídia fiquem vinculadas a interpretações em vários sentidos pelo receptor, sem qualquer controle, levando a outra característica que está no tempo e no espaço da informação elaborada ou produzida, que existe um buraco entre a informação contextualizada e a informação originalmente produzidas, ou seja, há produtos ou notícias elaborados lançados pela mídia, que ao final já não é de fato o anúncio de primeiro momento, a uma constante mudança dessas informações veiculadas, atualmente devido a rapidez desse produtos por ela gerado e por final a disponibilidade dessas informações, com caráter público, ou seja está disponível uma gama de informações a uma pluralidade sociocultural em contextos diversificados (THOMPSON, 1998).

Não podemos, entretanto, concluir que todo conteúdo lançado pela mídia esteja destinado a uma recompensa financeira, ou ainda generalizar que todo veículo informativo tem tendências negativas; pelo contrário, por meio da análise dos fatos, percebemos o quanto a evolução midiática foi benéfica para lugares mais remotos e distante que nos trazem informações e levam informações, denunciando, assim, atrocidades ou mostrando belezas incríveis jamais vistas, de assuntos tradicionais a assunto diversos.

Aqui, é relevante mencionar a reflexão feita por Thompson ao analisar as obras de Daniel Lerner (1958), que defendeu a modernização entre a tradição e a mídia. Para Lerner a sociedade tradicionais são as isoladas as fragmentadas porem relevantes ou predominantes, que convivem com suas vidas tradicionais sem questionamentos ou cobranças fora da rotinas adquiridas por elas, com ausência de curiosidade por outros lugares, ou acontecimentos (THOPSON, 1998).

Já a sociedade moderna se caracteriza pela flexibilidade e mobilidade praticadas em busca de viagens, novas possibilidades em outros lugares, porém esse estímulo está ligado a comunicação em massa.

Portanto, a diferença está na mídia, atuando enquanto um divulgador da mobilidade que proporciona um amplo campo de probabilidades que diversificam experiências. Ou seja,

Lerner descreve o papel fundamental que a mídia teve, onde destaca a mídia como multiplicador de mobilidades, onde permite o indivíduo usar a empatia como o descreve para estarem em outros lugares em busca de novas oportunidades e conceitos de vida (THOMPSON, 1998).

Nesse contexto analisado por Lerner, ainda persiste a cultura islâmica que não obteve tanta mudança mesmo com os veículos informativos, ela ainda se encaixa em sociedade tradicional, mas porquê? A mudança social ainda é defasada e lenta geradora de instabilidade e violência.

Thompson reforça ainda que há culturas que usufruem dos mecanismos da modernidade sem que se perca o tradicionalismo em uma cultura, ou seja, isso fica mais evidente conforme há encontros com outros estilos de cultura. Dessa forma, a mídia tem um papel relevante, porém os veículos de comunicação podem desafiar ou enfraquecer uma tradição valores e crenças e efetivação na tradição de um povo (THOMPSON, 1998).

2.1.3 Opinião Pública

A Opinião Pública tem um peso fundamental na análise dos fatos na história humana, porém devemos reparar que o conceito de opinião ele é modificado conforme o tempo e cenário do sistema externo e interno.

Para analisar suas origens, faz-se necessário pautar o significado de opinião pública na perspectiva filosófica, “opinião” e “público” – que remetem a domínios antitéticos. O primeiro refere-se ao individual (*idion*), ao subjetivo e ao instável, enquanto o segundo conecta-se ao objetivo, ao universal, ao que é comum (*koinon*)” (BORGES, 2014).

A opinião pública sempre esteve presente no contexto filosófico. Platão, por exemplo, faz a distinção entre “*doxa*” (opinião) e “*epistêmê*” o (conhecimento), sendo que a *doxa* origina-se da cultura, da crença, de situações instáveis da maioria, sendo contrária ao conhecimento. Platão acreditava que a *epistêmê* era instrumento dos filósofos que conduziria a política que se resumia a uma minoria.

Já na visão de Aristóteles, a opinião estava ligada ao julgamento relacionada as decisões políticas. Na visão de John Locke, por sua vez, a lei da opinião estava relacionada a moral do indivíduo ou sua reputação, “pois nenhum homem pode viver em sociedade sob o desgosto constante e a opinião negativa dos seus familiares e daqueles com quem conversa” (LOCKE, 2004, p. 219 apud BORGES, 2014, p.88).

Ainda, para Jean-Jacques Rousseau, a opinião está ligada a legislação ou seja busca a opinião dentro dos termos da lei, uma espécie de termômetro social. “É a autoridade máxima, o tribunal de apelo, necessário porque como o legislador não pode usar a força sem o raciocínio, “tem de recorrer a uma autoridade de outra ordem, que possa arrastar sem violência e persuadir sem convencer” (ROUSSEAU, 1989, p. 48 apud BORGES, 2014, p. 90).

Assim conclui se, ao analisar a posição desses filósofos, a opinião constitui um valor ambíguo no qual está direcionada ao emprego da ética e da moral. Diante disso, buscamos um conceito mais atual:

A opinião pública é de um duplo sentido: quer no momento de sua formação, uma vez que não é privada e nasce do debate público, quer no seu objeto, a coisa pública. Como ‘opinião’, é sempre discutível, muda com o tempo e permite a discordância: na verdade, ela expressa mais juízos de valor do que juízos de fato, próprios da ciência e dos entendidos. A opinião pública não coincide com a verdade, precisamente por ser opinião (BOBBIO 1998 apud BLOCH, 2010).

Ao mesmo tempo, em uma perspectiva fisiocrata, a opinião pública, através de uma discussão crítica e racional, molda a opinião verdadeira, segundo a percepção de Jürgen Habermas. Portanto, a sociedade poderia usar a razão para a construção da opinião pública aclarada e ponderar o poder diante de posturas coercitivas para estabelecer regras dentro de uma sociedade.

Dentro da esfera pública, a opinião pública não pode ser generalizada e controlada dentro de um sistema que se articulam. Com isso os mass média têm a importante função na criação de novos ambientes que geram maior integração e potencialização das vias comunicativas.

Assim é possível ressaltar que:

Em formulações mais recentes, a Esfera Pública designa o espaço comunicativo que se constitui com os processos de interação discursiva pública de formação da Opinião Pública; é entendida como “uma rede para a comunicação de conteúdo, tomadas de posição e opiniões, na qual os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, condensando-se em opiniões públicas sobre temas específicos” (HABERMAS, 1997, P. 92). Em sociedades complexas, a Esfera Pública faz a mediação entre, por um lado, os sistemas funcionais, nomeadamente o sistema político, e, por outro, o mundo da vida. “Representa uma rede supercomplexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas (...) que se sobrepõem (...), as esferas públicas parciais, constituídas através da linguagem comum, são porosas, permitindo uma ligação entre elas” (HABERMAS, 1997, p. 107 apud BORGES, 2014, p 101).

Entretanto a legitimidade da opinião pública no século XXI é subjetiva, devido à globalização e às estruturas econômica, social e políticas a qual estão atreladas pelos meios digitais, nas quais emergem outros atores na contextualização da esfera pública. Dessa forma, a relação e formação da opinião não estão através de uma relação estado e sociedade, e sim de atores supranacionais e transacionais (BORGES, 2014).

Nesse sentido, a opinião pública já não é composta por um só contexto ou uma só visão, e sim por várias dimensões associada a bagagem do público transacional, no qual o estado não conserva o mesmo poder, e o público perde sua análise crítica e racional na arena política, o que faz com que a opinião pública tem dificuldades de expressar de fato a sua estrutura, que compõe diversos contextos, que gera um cosmopolita da opinião pública. Portanto é possível afirmar que cada indivíduo possui sua opinião que se empregara dentro de uma sociedade que gerara a opinião na esfera pública.

E dentro da formação da opinião existe toda estrutura externa gerada pelos acontecimentos e informados pela mídia. Isso modifica e influencia alguns conceitos de opinião atualmente como defende Lipmann.

Para McCombs, quando ressalta Walter Lippmann defende a ideia que o que influencia a sociedade é o ambiente externo instalado pelos veículos de comunicação, para ele desde a chegada das cartas ou correios após a Primeira Guerra Mundial, induziu quem eram os amigos e inimigos (MCCOMBS, 2009).

Lippmann ainda descreve que não percebemos o ambiente externo mas acreditamos nele, ou no que nos mostram dele. Os primeiros testes empíricos começaram em 1922, contudo mais tarde saíram os primeiros livros sobre a influência na opinião pública, baseadas em pesquisas que durarão até 20 anos, foram constatados efeitos mínimos sobre a sociedade (MCCOMBS, 2009).

Após as décadas de 1940 e 1950, percebeu-se que as mínimas influências causam alguns impactos midiáticos não estudados detalhadamente. Foi nessa linha de raciocínio que McCombs e Don Shaw concluíram que a influência se transformou em agendamento, segundo eles a quem determina a agenda pública é a mídia, constatado após pesquisas eleitorais da época, sendo princípio fundamental na visão do autor sobre os efeitos mínimos do *mass media* (MCCOMBS, 2009).

Nesse sentido, o estudo da Teoria da Agenda colaborou para a compreensão do papel importante dos veículos de comunicação, que passam despercebido sua influência, mas a

agenda pública quem determina empiricamente é a mídia, através das imagens da realidade fornecidas por ela. (MCCOMBS, 2009).

Assim, para que a persuasão ou influência em massa exista, é necessário um sistema democrático para que as informações geradas pela mídia cheguem ao público alvo.

Após o século XX, houve uma preocupação com os veículos de comunicação, sendo quatro fatores fundamentais: emissor, considerado a fonte informativa; a mensagem, informação gerada pelo emissor; o receptor, o público a ser construído e o canal de transmissão, meios informáticos (RADENOVIC, [200?]).

A partir do século XX, autores clássicos, como Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944) e Berelson, Lazarsfeld e Mcphee (1954), defendem que a opinião pública passa a ser considerada quando houve uma separação entre sociedade e estado, característica de um estado liberal e democrático. Portanto na visão deles, há uma necessidade de existir os veículos de comunicação para a formação de opinião.

Como a liberdade de expressão, a opinião pública também foi ato de defesa da sociedade perante ao governo que censurava diversas formas de opinião. Após isso, os estudos prosseguiram para entender sua formação (RADENOVIC, [200?]).

A esse respeito:

Nos estudos mais recentes este fenômeno é ligado ao de democracia representativa. Foi Blanch (1988) que falou sobre a emergência da opinião pública que foi percebida como a entronização da "vox populi", constituída num "parlamento invisível" e numa espécie de "quarto poder". Disse Blanch que a opinião pública é: "dimensão latente e substrato profundo da democracia real" (RADENOVIC, [200?] p. 98).

Como todo ato de expor a insatisfação contra a manipulação do governo a opinião pública também buscou controlar o estado para a defesa dos interesses da sociedade. Mas toda medida tem dois pesos, portanto existiram opiniões contra e a favor do estado.

Com isso, o estudo revela que a opinião pública é formada por valores individuais mas de interesses comum, no qual isso gera uma sociedade anárquica que jamais conseguiram conciliar seus valores, isso gera a formação de opinião corrupta também (RADENOVIC, [200?]).

Portanto, os meios de comunicação revelam uma pressão sobre a sociedade como descreve John Start Mill (1996), que distinguem dois tipos de comportamentos, "conformismo ou marginalização: Impede o livre desenvolvimento da sociedade; a razão tem

de ser prática, anulando a universalidade de pensamento; a "indústria cultural" transforma tudo, inclusive criações intelectuais, em mercadoria" (RADENOVIC, [200?]).

Desse modo, podemos afirmar que a classe dominante e o Estado se mesclam para a formação da opinião pública da sociedade, que não é perfeita e dentro desse conceito não há uma verdade e se modifica constantemente com o tempo e com os interesses empregados com possibilidades de não concordância.

Entretanto uma opinião pública, sem influencia é formada de maneira crítica e racional dentro de um sistema democrático aberto para seu fortalecimento (RADENOVIC, [200?]).

Assim, a opinião pública é formada por um conjunto de fatores variados, que permitem influenciar uma sociedade massiva para obter resultados lucrativos ou que favoreçam os interessados.

3 TERRORISMO E FORMAÇÃO DA AGENDA DA OPINIÃO PÚBLICA

Nesse capítulo trataremos da doutrina Bush e sua incessante guerra contra o terror. Contudo a formação dos objetivos traçados pelos Estados Unidos vai além de uma retaliação motivada a partir dos atentados; trata-se de moldar o percurso da opinião pública no sistema internacional.

Com isso analisaremos a construção do discurso de ódio em relação aos terroristas e um governo inteiro, no caso do Iraque, que permitiu o surgimento e fortalecimento de grupos terrorista como o Estado Islâmico. Dessa maneira é necessário a distinção de terror e terrorismo, analisada por Norberto Bobbio.¹²

Terrorismos é a prática política, que busca o uso da violência, contra o ser humano ou coisas, gerando terror. O terrorismo inicia um fenômeno seguidos por atitudes políticas, prática que se assemelha a grupos.

O Terror, ferramenta emergencial a qual o governo contra a sociedade usa para conservar seu poder. Essa ferramenta não pode ser relacionada com o terrorismo político, pois

¹² "Filósofo militante, Norberto Bobbio, nasceu na Itália em 1909, uniu pensamento e ação ao longo de uma vida que abrangeu mais do que o "breve século 20", pois se iniciou antes da 1ª Guerra Mundial e se prolongou bem além da queda do Muro de Berlim. Nas últimas duas décadas, converteu-se na consciência ética e política de uma Itália mergulhada na crise moral da operação "Mãos Limpas" e no desafio de resgatar a democracia corrompida em um meio paralisado pelo impasse esquerda-direita." Disponível em: <<http://www.institutonorbertobobbio.org.br/#!nobertobobbio/biografia>>. Acesso em 17 de nov. 2016.

essa faceta está vinculada a grupos que pretende dismantelar o governo suspeito de estar no poder por meio do terror (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, travou-se uma batalha denominada “Guerra ao Terror” pelo presidente da época dos atentados George W. Bush contra a organização terrorista Al Qaeda e aliados considerados financiadores do terrorismo transacional ou internacional.

3.1. A DOCTRINA BUSH, A GUERRA CONTRA O TERROR E O 11 DE SETEMBRO

Nesse capítulo, analisaremos a doutrina Bush, a compreensão histórica dos conflitos entre os grupos terrorista Taliban, Al Qaeda e os Estados Unidos a fim de compreender e analisar a real situação conflituosa que deixou milhares de refugiados, em condições desumanas.

No início da década de 90, os Estados Unidos eram governado por George W. Bush filho, seu primeiro mandato, foi marcado pelo esforço em combater o terrorismo e as armas nucleares, tendo como suporte a mídia para a propagação de seu poder imperial no mundo. Esse período tinha como objetivo a promoção da liberdade política global, onde os Estados Unidos tinham o dever de preservar uma ordem no sistema internacional amigável e democráticos (SANTOS, 2015).

Esse caráter imperial que os Estados Unidos acreditavam ter ficou mais intenso depois do dismantelamento da União Soviética, tornando o mundo unipolar. Dessa forma os americanos acreditavam ser construtores de valores, ideais democrata e princípios liberais, com a função primordial em manter a paz universal (LEITE, 2009).

Isso é perceptível no discurso de Bush, exposto por Leite:

Eu viverei e liderarei por esses princípios: para promover minhas convicções com civilidade, para perseguir o interesse público com coragem, para falar por maior justiça e compaixão, e chamar pela responsabilidade e tentar vivê-la como esperado. Em todas essas passagens, eu levarei os valores de nossa história para a atenção de nossos tempos. (BUSH, 2001, apud LEITE, 2009, p.41-42).

O dia 11 de setembro de 2001, se tornou um marco para o sistema internacional. Quatro aviões foram sequestrados dentro do território americano comandados por terroristas da rede Al Qaeda. Os alvos dos ataques representavam a força das atividades americanas: as torres Gêmeas, símbolo da economia, o Pentágono, símbolo militar. Esses ataques

demonstraram a vulnerabilidade dos Estados Unidos, na questão da segurança como a de qualquer outro estado.

Devido aos atentados o governo priorizou a segurança do país, com medidas de contenção em guerras preventivas contra ameaças externas.

O governo estimulou a instabilidade interna no sentido de segurança para obter apoio populacional através dos meios comunicativos e principalmente a mídia para obter resultados e apoio na busca dos terroristas (SANTOS, 2015).

A busca pelos responsáveis pelos ataques, foi denominada por George W. Bush como, “Guerra ao Terro”. Nesse contexto, os Estados Unidos expandiram seu acervo militar, com ensejo de invadir e atacar o Afeganistão, Irã, Iraque e outros países muçumanos. Porém essa tática não tinha objetivos muito claros, sendo que, o motivo da invasão era buscar o culpado, mas o real motivo estava na monitoração das jazidas de petróleo, para com, isso impedir que a China tivesse acesso ao mercado petrolífero (SANTOS, 2015).

A esse respeito, Saliba ressalta que:

O Afeganistão assim como a maioria dos países do Oriente Médio é riquíssimo em jazidas de petróleo, são elas que impulsionam essa falsa vontade de implementar políticas reguladoras dos direitos civis em prol de um bem comum das super potências quando na verdade, essencialmente a única coisa que visa se conseguir é um aumento no poderio econômico e o fortalecimento de sua supremacia (SALIBA, 2009, p. 393).

No entanto, o Oriente Médio riquíssimo em gás e petróleo, foi gerador de muitos conflitos internos sendo a maioria religiosos, políticos e econômicos.

Osama Bin Laden, precursor dos ataques terrorista dos Estados Unidos, querido pela imprensa ocidental, conhecido como “guerreiro da Liberdade”, levou esse nome quando iniciou sua luta na guerra do Afeganistão contra a União Soviética ou exército vermelho, guerra que perdurou quase 10 anos na história, no ano de 1979 pela desocupação da União Soviética, sendo que, os guerrilheiros islâmicos eram financiados pelos Estados Unidos, com treinamentos por parte das companhias de inteligências americanas. Isso torna claro a visão de que os Estados Unidos apoiava Bin Laden e o tinha como aliado em sua supremacia.

De fato os ataques foram propícios ao governo americano. A popularidade de Bush subiu rapidamente com sua proposta da guerra contra o terror, tornando-se o líder dessa empreitada, e a indústria de armas, uma das principais financiadoras da campanha de Bush, foi muito favorecida com as encomendas e com a valorização das ações nas bolsas de valores.

Tal fato é notório, pois a grande potência estava aliada ao mesmo grupo terrorista que atacou sua hegemonia, apoiada por rebeldes Talibãs (SALIBA, 2009).

Nesse sentido o contexto americano, era de contagem regressiva para as eleições presidenciais, sendo candidato a reeleição, Bush estava com seu percentual baixo. Após os ataques, e seu discurso imperial e imponente nos canais informativos, seu percentual de aprovação subiu 80% de aprovação. Com a guerra contra o terror, as companhias bélicas apoiaram Bush, por suas encomendas e supervvalorização da bolsa de Valores.

Os Talibãs, buscavam um Estado Islâmico “puro” sem intervenção externa, onde pudessem consagrar suas raízes, na tentativa de suprimir a anarquia interna com atividades consideradas pela comunidade internacional, crime contra a humanidade sem intervenção externa para a proteção dos direitos, como a liberdade de expressão, cultura, política, enfim, direitos hoje assegurados pela Carta de Declaração Universal dos Direitos Humanos (SALIBA, 2009).

Desta forma, os talibãs tornaram-se conhecidos a partir de 1994, quando, foram designados por Islamabad a proteger uma rota comercial do Paquistão a Ásia Ocidental, que foi um sucesso.

Devido a isso ganharam força e passaram a invadir cidades como Cabul. Isso os deixou famosos diante de outros grupos guerrilheiros, que junto ao apoio da população afegã, conseguiram reger uma ordem interna, já que o país passava por viés político corrupto.

A população descrente de seu governo corrupto, apoiou os Talibãs por reestabelecer a paz com isso o comercio fomentou novamente. Essa busca por um islamismo perfeito faziam agir de forma cruel sendo pública a execuções de pessoas.

Essa carência governamental histórica acarretou em vários conflitos internos, conforme aponta Saliba:

As tradicionais divisões étnicas são acentuadas por rivalidades tribais. Cada afegão sente-se mais ligado a um grupo comunitário, que pode ser uma tribo, um clã ou simplesmente uma grande família. Pode-se dizer que é fácil mobilizá-lo para a guerra. Mas é quase uma missão impossível estabelecer uma unidade entre centenas de líderes comunitários de diversas etnias, sunitas ou xiitas, muitas vezes com uma longa história de hostilidade entre si. Os talibãs pretenderam, com algum sucesso inicial, estar acima disso tudo. Essa é também uma das “armas” que os Estados Unidos tentam atualmente usar para derrotar de forma mais rápida o regime dos talibãs que, desde meados da década de 1990, passou a dominar o Afeganistão e tem dado abrigo a Osama Bin Laden, aquele que é acusado pelo governo norte-americano de liderar a organização que perpetrou os atentados de 11 de setembro (SALIBA, 2009, p. 391).

O Afeganistão sofreu muitos conflitos internos, e os Talibãs, já não estavam politicamente sendo eficazes em suas ações interna. A população cada vez mais aterrorizada e frágil apoiou um projeto falso criado pelo grupo que limitou as vias de cooperação.

A Al Qaeda, de Osama, era simpatizante dos Talibãs que governava o país nessa época, isso gerou uma abertura para a invasão dos exércitos estadunidense que já mantinham uma proposta de invasão, tentando levar a democratização no Afeganistão, portanto já havia uma desculpa para a invasão, mas com o atentado de 11 de setembro, isso ficou mais evidente na busca e a captura de Osama ou Al Qaeda que se refugiava no Afeganistão (SALIBA, 2009).

A companhia de inteligência norte americana, antes dos atentados, relatou as suspeitas dos possíveis ataques, onde o governo Bush “ignorou”, ficando somente na monitoração dos suspeitos, sendo que horas após os ataques, já tinham o nome de todos os suspeitos envolvidos.

Para Saliba:

Essa questão de que o governo estava ciente dos atentados jamais será respondida, porém tudo aponta para essa conveniência dos ataques, entretanto ambos os lados estão errados, o governo americano quando cria a guerra contra o terror, que luta contra o terrorismo utilizando ideais semelhantes e até mesmo idênticos aos usados pelos terroristas, e os integrantes da Al Qaeda por usarem seus recursos de forma desenfreada e sem respeito a nenhum indivíduo. A questão-chave é que se essas conspirações um dia existiram, podem continuar surgindo e se desenvolvendo a cada momento, enquanto isso a guerra permanece (SALIBA, 2009, p. 395).

Portanto, a guerra contra o terror ou terrorismo, anunciada pelos Estados Unidos, tem a necessidade de conceituar os termos para um melhor entendimento do expansionismo americano.

Segundo os estudos realizados por Bobbio em sua obra Dicionário de Política (1998), o patriotismo elevado dos americanos foi a condição favorável para apoiar a guerra contra o terror. E a arma poderosíssima para a fomentação dessa invasão desumana foi a mídia, nos discursos de ódio propagado pelo presidente Bush e também os vídeos transmitidos pelo Al-Queda. Isso gerou insegurança na população, amedrontada por novos ataques, ficando a mercê das autoridades.

Os estadunidenses apoiaram uma guerra de violações aos direitos humanos, sendo promovido por discursos tácitos, como faz Bush:

"Nossa reação envolve muito mais que ataques isolados. Americanos não devem esperar uma batalha, mas, sim, uma campanha longa, diferente de qualquer outra que nós já vimos. Ela pode incluir ataques dramáticos mostrados pelas televisões e operações tão secretas que até mesmo seu sucesso permanecerá sigiloso. Vamos cortar os financiamentos dos terroristas, jogar uns contra os outros, fazê-los correr de um lugar para o outro até que não haja mais refúgio nem descanso. Vamos perseguir nações que ofereçam ajuda ou abrigo seguro ao terrorismo. Cada país tem uma decisão a tomar. Ou está do nosso lado ou do lado dos terroristas" (SALIBA,2009, p. 396).

Bush aciona uma guerra contra tudo que estiver em sua rota, pois quem não está a favor está contra os Estados Unidos. O governo americano está obcecado por vingança, o sistema internacional absorve cada passo dos Estados Unidos, deixando o mundo em uma situação tensa, gerando mal-estar global.

Essa tensão contribui para o financiamento da guerra em um ato de contenção contra a expansão do terrorismo unilateral, porém isso reflete na tensão dos cidadãos americanos, que depois do 11 de setembro não se fala em paz absoluta.

Nesse sentido Saliba retoma Foucault ao destacar que o que faz com que o poder se mantenha aceito, não é apenas o discurso, mas a forma de produzir o discurso. Se faz como uma rede produtiva, que mantém um corpo social com intuito de repressão.

Portanto, essa guerra ilegítima e ilegal, seguiu sem destino, mas com propósitos de benefícios tanto para o fortalecimento da sua ideologia, quanto econômica (SALIBA,2009).

Dessa forma Saliba, conclui que:

É nítida a vontade americana por uma nova ordem unipolar, entretanto a verdade que se concretiza é que respiramos aliviados com o fim da Guerra Fria. Ao invés de termos espíritos livres e desarmados, passamos a viver assombrados pelos fantasmas nucleares e por todo esse meio de ação e reação. O que agora mais aflige a todos não é mais a possibilidade de guerra e sim de onde emanará o conflito, pois Veríssimo está correto ao dizer que perdemos a primeira condição para um tranquilizante de equilíbrio de terror, que é saber de que lado virão os mísseis (SALIBA, 2009, p. 398).

Bush, classificou a base do terrorismo como eixo do mal, pondo alguns países estavam na mira dessa busca, sendo um deles Iraque. Para Bush a melhor forma de excluir a ameaça causada pelo terrorismo seria a queda de regimes preexistentes e propagava esse discurso, afirmando que a construção da democracia levada por eles serviria como exemplo para os outros Estados, com o objetivo de livre comércio (LEITE, 2009).

A partir desse contexto Saddam Hussein, se tornou alvo da casa branca, sendo a principal ameaça ao Estados Unidos, causador dos conflitos no Oriente Médio. Para o governo americano, Saddam está diretamente ligado à Al-Queda e Bin Laden.

Para obter o apoio para a invasão, a mídia teve um trabalho fundamental que foi propagar que o Iraque mantinha uma arsenal de armas nucleares, afim de aprovação pelo congresso.

A esse respeito Leite:

Para vender a guerra do Iraque à mídia e ao povo americano, [...] a Casa Branca moldou o debate em três frentes: as armas de destruição em massa de Hussein configuravam uma ameaça iminente (o quadro das ADMs); o povo do Iraque deveria ser libertado de um ditador cruel (o quadro da libertação); e Hussein patrocinava atividades terroristas (o quadro terrorista). (DAVIDSON et al., 2008, p. 470, apud LEITE, 2009, p. 47).

Bush não teve tanto êxito na sua manobra com os aliados em particular com a Alemanha e França, contradizendo que o melhor passo a ser seguido, deveria ser por organizações internacionais, porém já tinha a aprovação do congresso americano. Bush usava do discurso para propagar a tensão e o medo no sistema internacional, comparando o terrorismo com o nazismo da Segunda Guerra Mundial ou outros conflitos (LEITE, 2009).

Assim, os discursos proferidos por Bush, suscitam que a guerra ao terror é uma ameaça internacional, que independe da aprovação de órgãos internacionais ou outros países, os EUA justificara sua invasão pela ação preventiva.

Esse foi o argumento usado para a invasão do Iraque, afirmando que a prevenção era necessária para não haver um crescimento do inimigo não podendo fazer nada futuramente. O governo estadunidense tentou desempenhar uma ligação em seu discurso do Iraque com Saddam, demonstrando um perigo de caráter terrorista, mas não foi aceito. Com isso discursou que as armas existentes no Iraque geram mais perigosas que o terrorismo. Esse pensamento colocou, então, o governo de Saddam com idealizador do expansionismo terrorista (LEITE, 2009).

Para a política americana, as ações intervencionista, propagaria a democracia e o liberalismo aos países antidemocráticos. A democracia é a evolução da humanidade, tornando-se missão divina para os americanos levar a outros países (LEITE, 2009).

3.1.1. Expansionismo Americano

Após a Segunda Guerra Mundial o Oriente Médio torna-se atrativo para os Estados Unidos devido as jazidas de petróleo, ponto estratégico e fonte de recursos humanos. Com isso, o governo americano mobiliza políticas expansionista “culturais”, para compreender o Oriente.

A esse respeito, destaca que:

Como o islã nunca foi, politicamente, atingindo com facilidade pelo o Ocidente- e não há dúvida de que desde a Segunda Guerra Mundial o nacionalismo árabe tem sido um movimento que declara abertamente sua hostilidade ao imperialismo ocidental-, aumenta, em retaliação, o desejo de afirmar coisas intelectualmente satisfatórias sobre o islã. (SAID, 2008, p.399).

Nesse sentido os Estados Unidos, funda projetos de pesquisas direcionados as companhias de petróleo, militares, corporações, e acadêmica.

Said, 2008, em seu livro *Orientalismo*, define que:

O Ocidente se intitula como racional, desenvolvido, humanitário, enquanto o islã, assim, como o Oriente Médio, é político e incapaz de separar a cultura da religião, colocando-o como inferior e não desenvolvido. Portanto, o Orientalismo, coloca a cultura islâmica como dominante, separando os bons árabes – aqueles que obedecem e aceitam a cultura americana-, e os maus árabes- os considerados terroristas, os quais vão contra a cultura imposta (SAID, 2008, apud SANTOS, 2015, p. 4).

A ideia expansionista dos Estados Unidos, origina-se da colonização anglo-saxônica, descendência puritana, que descobriu os Estados Unidos, acreditando ser determinado obra de Deus o descobrimento. Esse processo de colonização inclui a purificação da igreja, no período da reforma na Europa, com a predominância protestante.

Essa perspectiva fica claro na constituição norte americana baseada na Bíblia Cristã, que determina o reflexo na política externa, determinante na sua política cultura e social, sendo uma nação privilegiada por ser um país missionário, com isso os fatos históricos dos Estados Unidos, teologicamente, projetam a democracia como missão para outros países como melhor sistema escolhido divinamente para ser seguido. Esse viés esteve presente inclusive na “guerra do terror” declarada por George W. Bush em 2001 (SANTOS, 2015).

Diante disso, os Estados Unidos, intitulam-se como enviados da divindade com uma missão transcendental, religiosa.

Devido a todo contexto expansionista dos Estados Unidos exposto acima, o grupo terrorista AL Queda do Afeganistão, que lutou ao lado dos Estados Unidos, no combate contra União Soviética para conter seu expansionismo, deu origem em 1988 na tentativa de combater a influência do ocidente no Oriente Médio, e países muçulmanos, como:

Afeganistão, Paquistão, Síria, Índia, etc. Posteriormente o militar de Abu Musab Al-Zarqawi da Jordânia, fez a junção com Al-Jihad-Tawhidwál da Al Qaeda do Iraque e posteriormente como Estado Islâmico do Iraque e do Levante (CALAFT, 2015).

Diante da propagação da democracia que os americanos tendem a construir e findar no mundo, o islã acredita também que o islamismo deve ser disseminado no mundo, duas visões iguais com vertentes diferentes. Portanto a compreensão do fundamentalismo islâmico é relevante para o entendimento do atual preconceito “islamofobia”.

Assim discorreremos abaixo fatos importantes como ideologias do Estado Islâmico e sua expansão.

3.1.2 Fundamentalismo Islâmico

Para analisar o contexto Islamofóbico, é necessário dedicar espaço para apresentar os fundamentos da religião islâmica, que hoje é palco da mídia. Abordaremos o fundamentalismo primeiramente do ponto de vista sociológico.

A origem do islã, vem de Ismael, filho de Abrão, (crença derivada Abraâmicas, descendência de Abrão), no qual se passa em Meca na península Arábica no século VII. Meca era considerada uma cidade santa, constituída por cidadãos de todos os lugares da península. Maomé, criado por seus avós, de origem clã *hashemita*, no qual esse clã já era conhecido pela força em cuidar e preservar a vida da população local e dos peregrinos. Portanto Maomé, adquirirá fama com suas virtudes, e no ano 610, (d.C.), Maomé, foi privilegiado e incumbido pelo anjo Gabriel para ser o mensageiro de Deus para o povo Árabe (FUNDAMENTALISMO..., 2016).

Desse modo, Maomé com sua fé e suas previsões, parte da população torna-se seu discípulo. Isso gera tensões e tormento nas autoridades locais, devido ao medo da expansão do islamismo e comprometimento da economia de Meca. Portanto não agradando as autoridades, Maomé é obrigado a fugir para outra cidade, já sem respaldo familiar devido a morte de sua família e esposa.

O fator mais importante que marca o calendário Islâmico, (*Hijra*), em 622, depois de Cristo, é o fato da passagem de Maomé, quando é convidado por árabes de Medina, cidade vinha de Meca, a mediar um conflito entre um povo pagão e outro Judaico, que dividiam o mesmo espaço sagrado. Devido ao sucesso que conduziu a um acordo de paz, tornando-o o homem mais poderoso e respeitado da península Arábica, sendo convidado a permanecer em

Medina. Isso gerou uma estância política, no qual, então, em uma espécie de mediador que atraiu vários povos (FUNDAMENTALISMO..., 2016).

Contudo, a partir disso, Maomé constitui comunidades muçulmana, no qual isso atrai a atenção das autoridades de Meca, enviando seu exército para exterminar a comunidade e Maomé, que estava exilado em Medina.

Dessa maneira o exército de 1000 soldados enviado pelas autoridades de Meca e 86 homens na defesa de Maomé, no qual a inteligência dos homens de Maomé, conquistaram a vitória desacredita pela sociedade, no qual passam a acreditar ser um sinal de Deus. No ano de 627, Meca ainda não tinha dado por vencida, envia mais uma tropa para atacar Medina, porém os muçulmanos já preparados, cavam trincheiras envolta da cidade de Medina e isso impediu que os soldados chegassem a cidade, no qual desistiram da batalha (GOLDSCHIMIDT; DAVIDSON, 2010).

Ao passar quase 10 anos, os muçulmanos invadiram Meca e destruíram templos de antigos deuses pagãos, implantando o islamismo e expulsando toda população que não fosse adepta ao islã.

O profeta Maomé, morre em 632, sem deixar um sucessor, a partir disso surge quatro indicados para continuar a expandir sua missão, “Abu Bakr, Umar, Uzman e Ali Ibn Abu Talib” porém o mais indicado, seria seu genro Abu Bakr. Os quatro indicados mesmo sem ser o indicado a sucessão, expandiram o islamismo, no qual gerou muitos conflitos e conquistas, onde fizeram de Meca e Medina grandes centros comerciais. E isso fez com que o islamismo se torna-se a segunda maior religião (FUNDAMENTALISMO..., 2016).

Mas isso gerou muita insatisfação, que ocasionou no assassinato de Ali e posteriormente, de Hussein, neto de Maomé. Nesse período surge uma divisão entre os povos, dando origem a religião muçulmana o xiismo, que acreditavam que Ali como parente mais próximo de Maomé tinha por direito sua sucessão.

A partir disso Ali e Hussein (neto de Maomé), são considerados xiitas, no qual há uma grande revolta diante da injustiça de assassinato feita com os primogênitos de Maomé. O restante dos outros religiosos, que não adquiriram o xiismo, permanece como sunitas que mantêm obediência a qualquer representante político, desde que fosse devoto a obedecer a Deus (FUNDAMENTALISMO..., 2016).

Após isso, a expansão territorial foi fundamental para construir o império árabe, derrotando persas e bizantinos. Diante disso a paz reina dentro do império muçulmano. Não o

bastante o império tenta controlar todos os territórios possíveis, dentre eles Istambul até a atual Espanha no qual se inicia a decepção e o enfraquecimento do império otomano muçulmano.

A classe dominante muçumana, que buscava uma educação nas universidades europeias, define o secularismo advindo do Egito. Isso nos anos 1980 gerou movimento migratório sendo que a população árabe é obrigada a emigrar para o continente europeu ou as penínsulas Arábicas. Isso permitiu a influência de outras culturas dentro do islamismo que era considerado “puro”, todavia foi nesse contexto criou-se a rejeição entre modernidade do islã e a democracia. Diante disso é exposto o valor da crença de um único Deus, ou seja do islamismo puro com suas normas escritas na bíblia sagrada, o Alcorão (FUNDAMENTALISMO..., 2016).

Alcorão, indica ao muçulmano aquilo que se tem dúvida e deve buscar, os dogmas, o dever de um muçulmano, a lei, tanto em seus relacionamentos com Deus, como nas relações com a sociedade muçulmana. Devido a isso os islâmicos conduzem suas vidas com seriedade e fidelidade ao Alcorão.

Para o islã é necessário acreditar nos textos revelados pelos profetas, que começou com “Adão e Abraham, até Jesus, fundador do cristianismo, entretanto Maomé o último e maior deles, no qual Deus confiou totalmente sua Mensagem Alcorão” (FUNDAMENTALISMO..., 2016, p. 10).

Portanto um fundamentalista islâmico leva em consideração algumas premissas da religião como a Submissão; islã é aceitar a Deus e sua vontade, que está embasado nos alicerces da fé islâmica, a oração, jejum, peregrinar a Meca uma vez por ano e contribuir com dinheiro. Isso para quem deseja buscar está dentro do Alcorão o livro sagrado que ressalta que todos são iguais na visão de “ALA”,¹³ no qual qualquer indivíduo religioso pode elaborar os cultos (FUNDAMENTALISMO..., 2016).

Portanto, Anthony Guiddens defende que as religiões instigam o ativismo uma “luta no caminho de Deus”. Todavia o islamismo sofreu separações internas dentro da religião: os Xiitas e os Sunitas.

Conclusivamente, então, os xiitas, o ser superior Imam Ali que acreditavam ser integrante da família de Maomé, estava incumbido por Deus a abolir as injustiças de outras

¹³“Alá como um Deus triuno (3 pessoas e 1 unidade, como no cristianismo) ou como um guerreiro que luta por seu povo nas frentes de batalha (a exemplo da Bíblia Hebraica). Mesmo assim, os muçulmanos acreditam que o Deus das 3 tradições monoteístas é um só – e revelou a mesma mensagem, tratando apenas de atualizá-la em cada época”. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/historia/islamismo-ala-infinito-e-eterno/>>. Acesso em 18 de nov. 2016.

religiões existentes, sendo que o xiismo, religião originária do Irã, desde o século XVI, seguimento radical (VAZ, 2013).

Já os sunitas acompanham o “Velho Caminho”, que aceita as diversas religiões, fincadas no Oriente Médio, seguimento flexível, se faz presente como maioria no Oriente Médio (VAZ, 2013).

A respeito do islã, Pace destaca que:

A religião fundada pelo profeta Muhammad não faz distinção entre religião e política. Seu livro sagrado, o Alcorão, recebido em revelação pelo profeta no século VII e.c, é um verdadeiro guia para o muçulmano em todos os aspectos da vida. Prega a adoração e obediência a um Deus único, cuja relação faz-se em termos de aliança, com uma “doutrina do martírio”. “Para Weber, o supremo ideal ascético no Islã não é representado pelo trabalho como profissão, mas pelo modelo do monge guerreiro que, em nome da fé, está pronto a sacrificar a própria vida, morrendo mártir.” (PACE, 2005, p.17 apud VAZ, 2013, p. 4).

Para Pace, é necessário, então, caracterizar quatro princípios para entendimento do o fundamentalismo religioso nos tempos de hoje:” Princípio da inerência, da atrocidade, da superioridade da lei divina sobre a lei terrena e primado do mito da fundação”. Todavia ele expõe que, esses princípios também estão ligados a outros fundamentos como: economia, política, etc. (VAZ, 2013).

Já para Manuel Castells (1997), o fundamentalismo religioso é, a “construção da identidade coletiva a partir da identificação da conduta individual e as instituições da sociedade com as normas derivadas da lei de Deus, interpretada por uma autoridade definida que se faz de intermediário entre Deus e os homens”.

A palavra fundamentalismo passou a ser usada no século XIX no qual se expandiu na era moderna, caracterizada pelas modificações sociais, sucedidas com o pós modernismo. O Fundamentalismo religioso cresceu junto a globalização, como uma reação em busca de independência frente as religiões tradicionais ou ideológicas. Para os seguidores do fundamentalismo religioso, existe apenas sua visão de mundo, em que somente os escolhidos podem explicar os textos religiosos (VAZ, 2013).

Para Guiddens, (2005) como descreve Vaz, (2013) o fundamentalismo religioso está relacionada aos grupos religiosos que fazem a interpretação dos textos religiosos passando a empregar os textos na vida social, política e econômica.

Leonardo Boff (2002), acredita que o fundamentalismo está empregado no protestantismo dos EUA, onde, a partir dos anos 1950, teve seu espaço na sociedade, no qual o fundamentalismo está ligado a igrejas evangélicas e pentecostais.

Para Boff o que contribui para o fundamentalismo religioso é, crer que sua visão religiosa é a única e verdadeira, no qual percebemos esse tipo de raciocínio em outros sistemas, como o neoliberalismo, que embasa ser a solução para os problemas sociais, políticos e econômicos dentro de um sistema democrático.

Vaz ressalta que Arens (2004), caracterizou o fundamentalismo religioso no pós modernismo, como um vazio existencial, uma certa decepção cultural, direcionada em valores superficiais, no qual promove mais prazer que razão, no qual o mundo torna -se mais individualista, sem uma razão para seguir, abrindo espaço para o fundamentalismo que se expandiu ofertando vias de salvação, preenchendo a falta de sentido existencial, apoio, segurança contra os males do externo (ARENS, 2004 apud VAZ, 2013).

Para Célia Morgado Vaz;

[...] É uma pessoa rígida, escrava de seus medos, da sua insegurança. Convicta de possuir a verdade, moralista e impermeável, não questiona nem permite qualquer tipo de questionamento. Com uma visão dual e simplista da vida e sem liberdade de pensamento, ignora que todo conhecimento é subjetivo e pessoal. Intransigente e intolerante, muitas vezes reage com agressividade. Incapaz de autocrítica e postura messiânica, busca sempre a autoridade de uma referência sagrada. Numa espécie de esquizofrenia, passa para o mundo a imagem de uma pessoa segura, crítica e informada, enquanto, de forma paranoica, projeta sobre o outro suas falhas e vê fora o que nega dentro de si. Em função de sua fragilidade, facilmente dissolve seu ego, se tornando um instrumento do grupo ao qual pertence. Constituem guetos com forte sentido de pertencimento e identidade, dando origem a seitas (VAZ, 2013, p. 7).

A partir desse contexto, passamos a analisar o surgimento do fundamentalismo islâmico. Já na Idade Média a disputa por terras na Europa entre os Cristão e os Islâmicos travavam conflitos. Esse processo proporcionou uma fragmentação dos governos locais, surgindo outros segmentos religiosos.

Durante o Renascimento europeu, o Oriente Médio sofre com estagnação sociocultural e científico-tecnológica. Isso colaborou para um declínio político, militar e econômico e gerou uma resistência contra o colonialismo europeu, contrapondo suas raízes originais na tentativa do resgate da identidade roubada pelos europeus. Nesse surgimento de ideias para retomar a origem partiu de líderes tribais de caráter islã cujo o objetivo era reconquistar as terras roubadas e harmonizar-se o islã a modernidade.

Cabe destacar que, Pace (2002) argumenta que só é possível entender o fundamentalismo islâmico, a partir do ponto de conciliação entre o islã e a modernidade. Diante dessa tentativa de conciliação e adoção de um islã com a modernidade do ocidente, surge para liderar esse movimento, Mahdi, considerado salvador incumbido por Deus para livra-los do mal e construir o reino do bem, porém não teve sucesso.

Portanto a busca por expansão do islamismo continua com Muhammad Abd' al-Wahhab (1703-1752) e por seguinte com outros líderes, com apoio de tribos locais isso se expandiu por vários países. Pois foi no Chade, a construção da política e dos movimentos de resistência, no qual deveriam lutar contra infiéis pela Jihad (VAZ, 2013).

Entretanto era necessário reformar a fé islâmica e moderniza-la. Diante disso um movimento reformista se instalou, no sentido de difundir a política e conciliar o islã a modernidade. “A palavra de ordem é modernizar o Islã para “islamizar” a modernidade”. Sendo um desafio, ao mesmo tempo, teológico e político, religioso e científico” (PACE, 2002 p. 60).

Todavia os movimentos reformistas que buscavam modernizar o islã, na tentativa de reaver antigas características islâmicas que consagrasse o Alcorão, não obteve sucesso, gerando vários grupos radicais.

Isso gerou vários grupos radicais, que defendem Jihad:

[...] jihad (combate na via de Deus) permitia o recurso da violência visando a purificação. O Fizilat Al-Qur na (À sombra do Alcorão), produzido na prisão entre 1954 e 1964, tornou-se a referência teórica, teológica e ideológica dos grupos radicais contemporâneos. Em 1979, na revolução do Irã, sobe ao poder Khomeyni (xiita, cuja orientação difere da sunita, proposta por Qutb), com a ajuda dos revolucionários da Hezbollah (partido de Deus) e implementa a república islâmica (para eles, a terceira via, alternativa ao socialismo e ao capitalismo). Configura-se como um símbolo de desforra contra o Ocidente – O Grande Satanás – e sinal do renascimento islâmico contra o domínio do Ocidente (VAZ, 2013, p. 11).

Esses movimentos radicais, definiram o Ocidente como o “grande Satanás”, definiram em algumas localidades a vestimenta para mulheres, como a burca, que proíbe moda e as inovações advinda do ocidente em uma tentativa de controlar e expandir o islamismo que buscavam inserir o “islamismo Puro”, sem interferência do Ocidente (Vaz, 2013).

Nesse sentido, também é relevante uma visão ortodoxa da religião islâmica, para analisar os fatos do fundamentalismo islâmico e seus movimentos radicais contra o ocidente.

3.1.3 Fundamentalismo Islâmico Ortodoxo.

Após a Guerra Fria, o terrorismo praticado em nome da Jihad tem sido alvo de diversos países. Esse terrorismo tem se expandido em forma de amedrontar culturas e povos considerados inimigos do islã. Esse tipo de terrorismo tem fomentado em nome não só da religião mas também para fins políticos e econômicos.

Atualmente o fundamentalismo islâmico radical se tornou preocupante há diversos estados ocidentais, com diversas religiões, em suma os cristão. Com um olhar analítico diante desse estudo numa tentativa de compreender melhor as ações realizadas em nome do islamismo.

O profeta Maomé, século VII, na Arábia, criador do Alcorão, livro sagrado, estabelece que os povos devem se unificar e expandir a escritura sagrada para o ocidente, isso duraria 14 séculos (DE SOUZA; SANTOS, 2010).

O islã, religião que predomina os países árabes, é a base da população árabe que se define por sua religião e não língua, tem fomentado como forma de instrumento para o terrorismo.

Esse fundamentalismo islâmico está baseado na não admissão de outras religiões que não seja o Alcorão. Portanto para seus seguidores tem a ilusão de que tudo está sendo feito é para manifestar a pureza da religião escrita por Maomé, considerada como única forma de salvação.

Sendo assim, o que implica na evolução da religião islâmica, é as religiões divergentes no ocidente, consideradas inferiores.

Portanto ressalta Huntington,

O problema subjacente para o Ocidente não é o fundamentalismo islâmico. É o Islã, uma civilização diferente, cujas pessoas estão convencidas da superioridade de sua cultura e obcecadas com a inferioridade de seu poderio. O problema para o Islã não é a CIA ou o Departamento de Defesa dos Estados Unidos. É o Ocidente, uma civilização diferente cujas pessoas estão convencidas da universalidade de sua cultura e acreditam que seu poderio superior, mesmo que em declínio, lhes impõem a obrigação de estender sua cultura por todo o mundo (HUNTINGTON, 1997, p.273).

Na religião islâmica a política e a religião não se separam, sendo ambas manifestadas no sistema jurídico. Porém, para aspectos culturais, políticos, sociais, pode se recorrer a escritura sagrada, no qual os atentados praticado pelo regime talibã se sustenta pela interpretação do Alcorão.

Portanto o islamismo é uma cultura que busca sua ideologia nas escrituras sagradas deixadas por Maomé, que dependendo da interpretação, ela constrói e destrói ao mesmo tempo. Isso fica irônico, pois muitas guerras que foram construídas em nome de Deus ou para alcançar a paz diante da visão islâmica (DE SOUZA; SANTOS, 2010).

Nesse sentido há uma preocupação na fabricação do terrorismo, para alcançar e defender valores em nome de Deus.

A esse respeito destaca Procópio:

A domesticação do terror da violência com a banalização do valor da vida, em flagrante desrespeito ao próximo e aos direitos humanos, mais a apropriação do nome de Deus no combate ao terror entre as partes conflitantes [...] complicam enormemente a arena da ética antiterrorista. A invocação do nome de Deus deveria preocupar as diferentes confissões religiosas (PROCÓPIO, 2001, p. 70).

Para o autor existe uma domesticação do terror em nome de Deus, com isso se instala conflitos internos provocando instabilidade social, política e econômica.

“O fundamentalismo islâmico, a humilhação política e a pobreza econômica funcionam como seus motores. O Ocidente é o inimigo, representado pelos Estados Unidos e, regionalmente, por Israel” (MAGNOLI, 2004 p. 306 apud DE SOUZA; SANTOS, 2010).

Marcado pela força bruta e opressão o regime talibã, impõe seu poder ao Afeganistão, sendo uma ameaça interna e global.

“De acordo com em todo o mundo o terrorismo ressurgiu com uma terrível vingança, em especial, desde o fim da guerra fria” (Catherwood 2008, p. 189).

Nesse sentido os fundamentalista islâmicos radicais buscam proteger a cultura islâmica de outras culturas advindas do ocidente, tendo como “limpeza cultural”. Para o autor, a luta sempre foi contra o Ocidente na tentativa de barrar os invasores. Desde então, o fundamentalismo por natureza se julgam incompatível com outras religiões.

Em nome da religião muitos grupos terrorista se fortalecem, exercendo um poder ilimitado sobre os muçulmanos, que se orientam em nome de justiça seguindo o Alcorão.

Nesse sentido, o islamismo busca sua expansão acreditando ser missão divina a ser cumprida, que vale ressaltar para uma melhor análise (DE SOUZA; SANTOS, 2010).

3.2 ESTADO ISLÂMICO OU ESTADO ISLÂMICO DO IRAQUE E DO LEVANTE (ISIS)

Para uma visão ampla da formação do Estado Islâmico, o desmantelamento do governo iraquiano foi fundamental para o crescimento do grupo, que atua com grande violência, no qual a maioria dos muçulmanos rejeita os atos cometidos pelo grupo em nome da religião islâmica. Portanto, a criação do Estado Islâmico não está clara para pesquisadores, mas é fato que as injustiça políticas, sociais formam pilares para o grupo atuar.

Sua origem está acentuada na invasão do Iraque em 2003 pelos Estados Unidos e a queda do governo de Saddam Hussein, e os conflitos internos do governo xiita que diverge da visão de governo sunita.

A esse respeito é pertinente ressaltar que:

Um dos motivos de sua ascensão no Iraque deve-se ao fato do crescente alijamento da população de sunitas, dominado pelo governo do primeiro ministro xiita Nuri al-Maliki. Cerca de 20% dos iraquianos, em torno de 6 milhões nas províncias sunitas, foram excluídos do regime. Eles são constantemente perseguidos, não conseguem trabalho, trata-se de uma verdadeira punição coletiva, de jovens desempregados nas aldeias que não têm alternativa a não ser aderir ao ISIS. Na verdade, a unidade entre a resistência sunita e xiita sempre foi motivo de preocupação para os americanos, que fomentaram, desde o início da ocupação do Iraque, em 2003, as divisões sectárias (CALAFT, 2015, p. 8).

O Sucesso do Estado Islâmico no campo de batalha está intimamente relacionado ao comando de vários ex militares iraquianos ainda do governo de Saddam Hussein que foram desposto de seus cargos pelas Forças Militares dos Estados Unidos, no caso 250.000 soldados de maioria sunita, sendo que os Estados Unidos indicou e elegeu para governar o Iraque o ministro xiita Nouri al-Maliki. Isso gerou uma rede de extermínio de sunitas (CALAFT, 2015).

Ao mesmo tempo a população sunita apoiou o grupo Estado Islâmico, devido a exclusão por parte do governo. Isso gerou vários conflitos internos, corrupção e a estagnação da economia em Mossul, com isso houve uma certa fadiga pela população, iniciando simpatia pelo grupo, posteriormente houve a queda do governo de Maliki e Mossul ficou sob o comando do grupo Estado Islâmico.

Todavia o grupo não tem nada a ver com forasteiros, existe toda uma administração, com ministérios e tribunais em territórios conquistados ou dominados pelo grupo (CALAFT, 2015).

A esse respeito, é importante destacar que:

“Ao assumir o controle de uma cidade, procura administrar a distribuição de água, farinha e outros recursos, além policiar ruas, fornece eletricidade e fiscalizar o comércio, colocando em prática o que parece ser o início de estruturas quase estatais” (NASSER, 2014, p. 2). O Estado Islâmico fornece eletricidade e água, paga

salários, controla o trânsito e gerencia praticamente tudo de padarias à bancos e escolas, tribunais e mesquitas (KAROUNY, 2014). O Estado Islâmico também declarou em Novembro de 2014 o desejo em cunhar sua própria moeda, reinstalando o antigo dinar islâmico sobre as áreas sob seu controle. O objetivo do grupo seria “emancipar-se do satânico sistema econômico global” (CALAFT, 2015, p. 10).

Isso fica compreensível pois o Estado Islâmico busca pagar seu exército que está avaliado em US\$ 350, valor acima que oferece os grupos rebeldes, o exército iraquiano e 5 vezes mais que é pago a um trabalhador comum dentro dos territórios dominados pelo grupo. Também exerce o controle de gás e petróleo, cobrança de imposto, pedágios e sequestro para sustentar o grupo que em termos de dinheiro geram US\$ 3 milhões por dia.

E dentro do seu território dominado há uma preocupação em fornecer o mínimo há população residente, que aos poucos instalam infraestruturas jurídicas e econômicas. Portanto o grupo “ISIS” é mais do que apenas um culto militante atualmente o Estado Islâmico controla uma rede de amplos centros populacionais, com milhões de habitantes, além de recursos de petróleo, bases militares e estradas” (CALAFT, 2015).

No entanto o financiamento do grupo não vem somente do “trabalho” que eles empregam, e sim dos fundamentalistas sunitas do Golfo Árabe e organização, intitulado “eixo de resistência”, no qual está o Irã, Síria e Hezbollah. Portanto é possível que em 1 ano (2013 – 2014), fizeram o levantamento de US\$ 40 milhões na Arábia Saudita e no Catar. Isso fica visível quando um ex militar britânico Jonathan Shaw, afirma que; “o Catar e Arábia Saudita inflamaram uma bomba-relógio ao financiar a propagação global do Islã radical. Estes dois países seriam “os principais responsáveis pelo crescimento do extremismo islâmico que inspira os terroristas do Estado Islâmico” (CALAFT, 2015).

Portanto, o grupo Estado Islâmico nem sempre foi um grupo radical islâmico, o grupo lutava contra o regime do ditador Assad, no qual os Estados Unidos mantivessem certa proximidade com o grupo, “assim seus aliados regionais, como os países do Golfo encabeçados pela Arábia Saudita, está mais preocupada com guerra ideológica travada com o Irã e com o Qatar pela influência regional contra o governo de Assad” (CALAFT, 2015).

O Estado Islâmico atualmente comandando por Abu Al-Baghdadi, possui um processo histórico antigo, no qual buscam pela Jihad.

Esse grupo tem como premissa a “Jihad”;

O termo árabe jihad significa “luta”, “esforço” e é considerado um dos pilares da fé islâmica, no sentido de que é necessário um empenho para o crescimento espiritual de cada praticante e também pela busca de uma humanidade melhor, através da difusão do islamismo. No ocidente, o termo é comumente traduzido como “guerra

santa” e, apesar de original e etimologicamente não ter esse sentido, é utilizado para designar grupos que travam guerras ou realizam atos violentos em nome da difusão da religião islâmica. (LAURIA; RIBEIRO; SILVA, 2015, p. 6).

Seu contexto histórico começa após a morte de Maomé, criador do islamismo, que não deixou sucessor para dar continuidade a religião. Portanto seus seguidores decidem que, para continuar seguindo o Alcorão, precisavam escolher um sucessor, que também fosse vinculado a política e ao militarismo para governar o estado, sob a lei da Sharia.

A necessidade de escolher um líder gerou diversas controvérsias, entre os xiitas e os sunitas. Porém, Maomé não teve filho homem para conduzir seus ensinamentos, então o encargo ficou com seu fiel amigo Abu Bakr sunita, que ao morrer indicou seu sucessor, gerando vários conflitos. O indicado vinha de uma família rica, com muitas regalias que o profeta Maomé, sempre combateu.

Tal motivo levou o assassinato do mesmo, e consecutivamente o outro sucessor indicado pelos xiitas. Sendo o próximo sucessor indicado pelos sunitas, motivo de mais conflitos dentro do islamismo. Apesar das diversas diferenças entre sucessor os grupos mantem objetivos em comum, como a expansão territorial com Estado político forte.

Com todo esse contexto histórico conflituoso, da origem do islamismo, ficou travada uma batalha incessante com várias vertentes a ser consideradas desde o 11 de setembro, onde, os EUA invadiram o Iraque para combater o grupo terrorista, chefiado por Saddam Hussein, grupo sunita. Desse modo os Estados Unidos propagou a marginalidade do grupo, sendo apoiado pela minoria xiita que estava no poder.

Portanto, após a ocupação do Iraque, originaram-se vários grupos de resistência à ocupação dos Estados Unidos, inclusive de grupos militares iraquianos.

Com o apoio financeiro do ocidente para combater ao lado de rebeldes na Síria, o grupo Al Qaeda (Iraque) ganhou destaque na mídia, unificando mais tarde com grupos extremista da Síria, chamado Estado Islâmico do Iraque e do Levante (LAURIA; RIBEIRO; SILVA, 2015).

Com toda fragilidade política devido as invasões, e a guerra travada no Oriente Médio, o Estado Islâmico ganhou força e passou a ocupar vários territórios na Síria e no Iraque.

Sua fonte de dinheiro está vinculada a indústria petrolífera e de Gás do Iraque, que o grupo passou a dominar desde 2014. Esse faturamento de venda ocorre através da Síria e Turquia, em mercados ilegais com um preço abaixo do mercado internacional. Outras fontes,

também são consideradas, como o financiamento, de outros países do Oriente Médio, como Arábia Saudita, para combater os xiitas, entre outras como roubos a bancos, etc.

O pesquisador alemão, Jochen Müller especialista em islamismo, alerta a questão do recrutamento de jovens, feito pelo Estado Islâmico, prevê instabilidades sociais, religiosas, que originam sentimentos ao grupo.

Um estudo realizado pelos autores confirma que:

Quanto à quantidade de combatentes lutando pelo EI, os números são imprecisos e se alteram dependendo da fonte consultada. O 16º relatório da equipe designada pelo Conselho de Segurança da ONU (CSNU) para o monitoramento da Al-Qaeda contabilizou que, no ano de 2014, mais de 15 mil estrangeiros viajaram para a Síria e o Iraque a fim de lutar ao lado do Estado Islâmico e outros grupos extremistas.¹⁰ Já o Observatório de Direitos Humanos da Síria afirma que o exército do Estado Islâmico possui 50 mil homens somente na Síria, dos quais 20 mil são estrangeiros. No Iraque o próprio grupo afirma ter um total de 30 mil membros.¹¹ As nacionalidades dos estrangeiros que se juntaram ao Estado Islâmico também são difíceis de precisar. Segundo o relatório do Comitê do CSNU, os estrangeiros viriam de mais ou menos 80 países diferentes. De acordo com um relatório elaborado pelo Soufan Group¹², a estimativa é de que existam 800 russos, 700 franceses, 400 britânicos e ao menos 70 estado-unidenses lutando pelo Estado Islâmico. Entre outros países de origem estão a Austrália, Alemanha, Bélgica, Marrocos, Argélia e Tunísia.¹³ (LAURIA; RIBEIRO; SILVA, 2015, p.3).

O grupo se destaca entre os outros, devido aos métodos violentos utilizados para ganhar atenção da mídia e do sistema internacional. Realizam seus atos violentos em lugares públicos, geralmente organizados em data e horário divulgado na internet, como, “crucificações, apedrejamentos, sepultamento de pessoas vivas, execuções em massa, limpeza étnica, perseguição de minorias religiosas, abusos sexuais e destruição de patrimônio cultural da humanidade” (LAURIA; RIBEIRO; SILVA, 2015).

Com todos esses crimes contra a humanidade, vários países e organizações internacionais, consideram o grupo como terrorista e uniram força para ataques contra o grupo.

Essa guerra, provoca a locomoção de milhões de pessoas, de acordo com a pesquisa realizada pela Acnur:

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), até 20 de fevereiro de 2015, quase quatro milhões de pessoas já deixaram a Síria, tendo como destino principalmente a Turquia e o Líbano, e aproximadamente dois milhões de Iraquianos tiveram que deixar suas casas para morar em outras partes do país ou encontrar refúgio em países vizinhos.²⁰ Os problemas humanitários relacionados a esses deslocamentos são inúmeros e o ACNUR tem feito constantes campanhas financeiras, atreladas a reuniões de

negociações de cessar-fogo por enviados da ONU, para conseguir que a ajuda humanitária chegue aos necessitados (LAURIA; RIBEIRO; SILVA, 2015).

No entanto há uma mobilização da comunidade internacional para evitar a expansão do grupo, que também consegue alianças com outros grupos terrorista como o Boko Haram¹⁴, na Nigéria. Porém, alguns países acreditam que só será possível a contenção do grupo com a deposição de Bashar Al-Assad, atual presidente da Síria.

Enquanto isso ocorre vários crimes contra a humanidade por parte da comunidade internacional, como a fome gerada pela guerra, a segurança de pessoas inocentes e o deslocamento de milhões de pessoas.

Nesse sentido podemos compreender que há dois vieses que alimentaram o crescimento de vários grupos rebeldes e sua a expansão foi a queda do governo Saddam Hussein pela inversão política xiita e sunitas marginalizados pelo governo de Assad.

Para a autora há causa se embasa em:

O ISIS teria emergido “dos incêndios da guerra, da ocupação, das matanças, tortura, da privação de direitos e das limitações à emancipação”. Ele não teve que vender a sua doutrina para ganhar novos recrutas. “Ele precisava, acima de tudo, provar a si mesmo eficaz contra os seus inimigos” (CALAFT, 2015 p. 13).

Embora há muitos contextos estudados, o Estado Islâmico ganhou força em 2011 contra o governo de Bashar al-Assad, que teve início após a queda de Saddam, sendo assim é possível afirmar que o Estado Islâmico é o resultado de falhas e erros cometidos no pós Guerra do Iraque (2003) e a guerra civil Síria (2011). Iraque, frustração e decepção sob a população geral não somente os sunitas mas contra a corrupção, má gestão e falta de profissionalismo no governo pós-guerra” (CALAFT, 2015).

Contudo o que realmente tem contribuído para a expansão do Estado Islâmico é sua violência que emergiu na guerra contra o terror sendo implantado dentro de uma visão religiosa extremista que não permite ver os reais motivos que alimentam essa guerra, mas sim a implantação do pânico que domina o ocidente no qual não existe uma razão para essa

¹⁴ “O Boko Haram foi fundado por Mohammed Yusuf, um clérigo carismático e educado que pregava um Estado islâmico puro na Nigéria. Ele não era muito eficaz como líder e tinha dificuldade em manter o comando. Quando Shekau assumiu, começou a desenvolver projetos mais radicais. A HumanRightsWatch estima que nos últimos cinco anos, mais de 3 mil pessoas foram mortas pelo grupo. A campanha de terror também atinge partes remotas de Camarões e parece ter ligações com milicianos em Mali e Níger.” Disponível em: < http://infograficos.oglobo.globo.com/mundo/quem-e-o-lider-do-grupo-terrorista-boko-haram-um-radical-16806.html#description_text>. Acesso em 24 de Out. 2016.

violência e sim várias, portanto, quando a premissa deixar de ser política e passarmos a desenvolver questões morais chegaremos muito perto a sua resolução (CALAFT, 2015).

Sendo assim é um erro generalizar, e propagar a islamofobia por questões meramente analisadas. Portanto, o estudo da islamofobia também se faz necessário.

4 O LEVANTE DA ISLAMOFOBIA

A islamofobia é fundamental para a reflexão proposta por este trabalho, trata-se de um processo historicamente tão presente quando o racismo. Os meios de comunicação social retratam o Islã e os muçulmanos como seres agressivos, irracionais e sexistas, no qual essa pesquisa busca explicar o que é islamofobia, porque ela existe e porque está cada vez mais evidente atualmente.

Para o jornalista RunnymedeTrust¹⁵

Um dos principais relatórios sobre o fenómeno da islamofobia, do Runnymede Trust em 1998, definiu a islamofobia como o receio, o ódio e a hostilidade em relação ao Islão e aos muçulmanos perpetuado por uma série de "visões fechadas" que atribuem estereótipos depreciativos e negativos aos muçulmanos. Este receio, ódio e hostilidade podem, e fazem-no realmente, expressar-se em relação aos muçulmanos numa variedade de formas (RACISMO..., 2007).

O estudo da Islamofobia todavia é recente, porém alguns autores defendem a ideia de que, a islamofobia, ou seja, atitudes preconceituosas em relação ao islã e os muçulmanos existe desde o final do século XIX na Europa que analisaremos a seguir.

Em 1891, o escritor francês Harry Alis já alertava para a existência do anti-muçulmano, sendo visto em descrições de escritores como “o muçulmano, inimigo natural do cristianismo”. Também Gustave Binger, Diretor do Departamento para a África em 1902, em Colônias Francesas, publicou um livro sobre as críticas feitas ao Islã e aos muçulmanos “Le péril de l’Islam”, objetivando a proteção do público contra o julgamento que os muçulmanos tinham como inimigo eterno (LÓPEZ, 2010).

Alguns anos mais tarde, Alain Quellien, funcionário no Ministério das Colônias Francesas, em sua tese de doutorado sobre a política muçumana francesa na África ocidental, cunhou o termo “Islamofobia”. Para Quellien, todos os autores que consideravam o Islã como inimigo irreductível dos europeus eram islamofóbicos.

Dessa forma, a islamofobia está embasada na criação de uma religião (islã) como inimigo invencível dos europeus, ou seja, é uma atitude classificada como hostilidade ao islã e aos muçulmanos. Para o autor, os inimigos do islã e dos muçulmanos não permitem a separação de crenças, concluindo que ambas são a mesma ofensa (LÓPEZ, 2010).

A esse respeito, Fernando Bravo López aponta que:

Siempre ha existido, y existe aún, un prejuicio contra el islam extendido entre los pueblos de civilización occidental y cristiana. Para algunos, el musulmán es el enemigo natural e irreconciliable del cristiano y del europeo, el islam es la negación de la civilización, y la barbarie, la mala fe y la crueldade son lo mejor que podemos esperar de los mahometanos (LÓPEZ 2010, p. 192,193).

¹⁵“Runnymede Trust é líder da igualdade racial, independente do Reino Unido pensa do tanque. Geramos de inteligência para uma Grã-Bretanha multiétnica através de pesquisa, construção de rede, o debate de liderança e engajamento de política”. Disponível em: < <https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.runnymedetrust.org/about.html&prev=search> > Acesso em 25 de Out. 2016.

Nesse sentido, a partir da perspectiva adotada por Quellien, pode-se afirmar que a islamofobia é a atitude hostil que empregavam ao islã e os muçulmanos baseada na imagem criada pelo europeus do islã como inimigo e uma ameaça ao bem estar da sociedade europeia. Portanto, a islamofobia foi desenvolvida através da intolerância religiosa, acreditando que o que não partisse do cristianismo seria algo contrário a Deus, criando ainda uma imagem ameaçadora dos islâmicos:

La creencias os tenida por cierto grupo de que su seguridad y sus valores básicos están directa y seriamente amenazados por otro grupo. Una imagen del enemigo no puede consistir sólo en sentimientos de disgusto o antipatía; siempre con lleva la posibilidad de violencia y destrucción. Es una cuestión de existencia y supervivencia (LOPEZ, 2010, p. 193).

Dessa forma, a islamofobia rotula a ideia que o islã é uma ameaça à segurança de outras crenças com valores básicos, regidos na Europa, no qual há necessidade de combater essa ameaça a expansão do inimigo.

Apesar dos fatos históricos terem contribuído para um melhor entendimento de islamofobia, essa contribuição foi ignorada por autores do final do século XIX e o início do século XX, acreditando ser um termo novo no debate atual (LÓPEZ, 2010).

A história do termo islamofobia começa no Reino Unido no final dos anos 1980 e 1990; o termo começou a ser usado para designar a rejeição e discriminação a população muçumana residente no país.

Após a publicação de um relatório do RunnymedeTrust¹⁶, no final dos anos 1990 e especialmente, após o 11 de setembro, o termo tornou-se um “conceito discutido no espaço público, não só no Reino Unido mas em grande parte da Europa” (LÓPEZ, 2010).

Para outros autores, o termo seria uma invenção dos islamistas, que condenam qualquer crítica ao islã e a censura a ela. Entretanto para outros autores a relevância do termo não era apenas discutida, e sim, sua existência diante disso.

Todavia o problema principal não estava claro, sendo que o histórico dessa imagem criada pelos europeus, ainda não havia um pilar concreto que justificasse a islamofobia, ou seja, não se sabe se a islamofobia provem da cor, etnia, religião, etc.

Isso somente nos leva a ideia que está uma forma de intolerância religiosa com viés para conter seu expansionismo. Dessa forma, a islamofobia, foi vista como um racismo que a partir dos anos 1980, deu início a um “novo racismo” o “racismo cultural”.

¹⁶ “THE RUNNYMEDE TRUST: *Islamophobia: a challenge for us all*, Londres, The Runnymede Trust, 1997”.

Ao final dos anos 1990, alguns autores começaram a discutir a adequação da islamofobia, no sentido de designar uma rejeição que segundo eles não foi motivada por rejeição da religião islâmica, mas sim uma base étnico-cultural (LOPEZ, 2010).

Entretanto, se a rejeição religiosa não era a principal causa da discriminação em relação aos muçulmanos, por que discutir islamofobia?

A esse respeito, destacamos que:

Por ejemplo, en 1997 Tariq Modood afirmaba que el término islamofobia podía ser «algo equívoco», porque el rechazo y la discriminación hacia los musulmanes «es más una forma de racismo que una forma de intolerancia religiosa, aunque puede que sea mejor describirlo como una forma de racismo cultural, reconociendo el hecho de que la víctimas, los musulmanes, son identificados por su ascendencia no europea, por no ser blancos, y por su cultura»(15). En la misma línea, Fred Halliday consideró que un término más adecuado era «anti-musulmanismo» [anti-Muslimism], ya que, según él, «ahora el ataque no es contra el islam como fe, sino contra los musulmanes como pueblo, agrupando con ese término a todos aquellos que pueden ser identificados con él, especialmente a los inmigrantes (LÓPEZ, 2010, p. 194,195).

Ao mesmo tempo Vicent Geisser considera que a islamofobia também é uma forma de “religiosofobia”. Já Pnina Werbner a islamofobia era uma batalha entre a Cristandade e o Islamismo. Portanto, os islâmicos também adquirem um repúdio ao cristianismo, devido a todo contexto histórico das guerras religiosas travadas pela igreja.

Mais recentemente, o espanhol arabista Luz Gomez, seguindo Geisser, defende que a nova islamofobia não é o resultado da atualização do antigo conflito cosmológico entre o Ocidente cristão e o Oriente islâmico, ou a manifestação pós-moderna de um racismo endêmico popular, mas produto da própria secularização do pensamento ocidental. Nesse sentido, é possível observar a islamofobia em relação a atitudes da elite secularizada e laicista que pretende conter a presença religiosa em âmbito público (LÓPEZ, 2010).

Outros autores, no entanto, consideraram que a islamofobia está ligada a uma forma de "racismo cultural". De acordo com estes autores, a presença muçulmana na Europa, a identidade islâmica passou por um processo de "racialização", no qual deve ser discutida em termos étnicos ou seja deixou de ter uma identidade no continente europeu.

Ali Rattansi, por sua vez defende que "islamofobia ou qualquer outra forma de hostilidade para com o Islã e os muçulmanos não é necessariamente racista, mas em muitos contextos pode tomar uma forma relativamente racista" (LOPEZ, 2010).

Assim, se do ponto de vista a islamofobia no ocidente considera que os muçulmanos representam um perigo e o perigo se torna ainda maior quando proporcionados com a cidadania europeia, há um preconceito generalizado nesse sentido.

Giovanni Sartori, cientista político italiano afirma que se concedido esse direito, não terá como conter o poderes adquiridos por eles, uma vez vivendo no ocidente empregarão os rituais e seu valor dentro do ocidente, sendo alguns rituais considerados desumanos como a circuncisão feminina.

A partir deste ponto de vista, a concessão da cidadania significa que o freio de islamização não teria limite e, portanto, em legítima defesa contra essa ameaça, é necessário manter a desigualdade ou o preconceito contra os islâmicos e muçulmanos. (LÓPEZ, 2010).

Diante dessas reflexões, podemos inferir que a islamofobia é a forma de rejeição a indivíduos contendo valores diferentes no islã e muçulmanos. Todavia esse processo está atribuído ao contexto de longas datas, que julgaram o islã inimigo do ocidente, porém esse contexto atualmente não está embasado externamente, mas sim internamente.

Assim Lopez destaca que:

La islamofobia, por tanto, ya no se dirige contra un enemigo externo que amenaza «nuestro» bien estar y «supervivencia» desde fuera. Ahorala islamofobia considera que el enemigo también está dentro, y que, por lo tanto, com batirlo exige luchar contra la igualdad de los musulmanes, una igualdad Tribuna abierta que, considera, está favoreciendo la islamización de Occidente, y especialmente de European (LÓPEZ,2010, p.206).

Em uma tentativa de explicitar o conceito, ou a problematização na visão socióloga de Islamofobia, analisamos uma entrevista conduzida por Stéphanie Le Bars, do jornal francês Le Monde, com os sociólogos Abdellali Hajjat e Marwan Mohammed acerca de sua obra “Islamofobia”.

Para os sociólogos a elite francesa produz a islamofobia. Isso se embasa na ideia de ações nacionalistas na França que defendem que a presença de muçulmanos “causam problema”.

Le Bars destaca que autores conceituam islamofobia como:

Para nós, a islamofobia não é constituída somente de atos de discriminação, mas é também um fenômeno social global, que consiste em reduzir “o outro” à sua identidade religiosa, suposta ou real. Portanto, ela se baseia ao mesmo tempo em uma ideologia, em preconceitos e em atos. Nesse sentido, ela vai além de um simples racismo, mas decorre de um “problema muçulmano”, construído por

diferentes atores de maneira não planejada (HAJJA; MOHAMMED, 2013 apud LE BARS, 2013).

Contudo, após 1979, quando ocorreu a revolução do Irã, buscou-se uma visão geopolítica dos muçulmanos na França, que concluiu e associou o islã ao terrorismo. Após os atentados de 11 de setembro, essa associação se disseminou de forma global, ou seja, não se faz mais distinção do indivíduo religioso (islã) e o terrorista.

Portanto, os possíveis argumentos para alimentar a islamofobia na França, estão embasados na diversidade cultural, sendo que os filhos de imigrantes muçulmanos já não dão tanta importância religiosa como os pais, gerando um desconforto de integração (LE BARS, 2013).

Na visão dos sociólogos a islamofobia não substitui o racismo contra árabes como estudamos acima; para eles, um não substitui o outro. Portanto, o debate sobre atos islamofóbicos surgiu no Reino Unido, na tentativa de defender a liberdade de expressão e religiosa. Entretanto há controvérsias sobre o termo, Caroline Fourest (2003) defende a ideia que a palavra foi criada e maquinada por iranianos como instrumento de estratégia fundamentalista. Todavia a discussão está em torno do termo, (islamofobia) que se torna imperfeito, mas a ideia está na defesa religiosa e no atentado de blasfêmia.

Atualmente o termo islamofobia é reconhecido pelo governo francês que reconhece a existência de um racismo anti-muçulmano. Diante desse fato, autores destacam que não há um paralelo entre a islamofobia e o antissemitismo, que se baseiam na construção do problema “Eurásia”, ou seja na islamização organizada pela Europa. Destacam ainda que o antissemitismo dos anos 1930 não pode ser comparado com o fenômeno social na França atualmente (islamofobia). Essa comparação é legitimada no intuito de lutar contra a islamofobia (LE BARS, 2013).

Para uma versão crítica dentro do conceito islamofobia, o escritor Ali Sina,¹⁷(2006), numa tentativa de conceituar islamofobia, busca criteriosamente o seu significado. Conjuga a palavra “Islã”, como uma ideologia religiosa; sendo “Fobia” considerado o medo de algo. Conclui, então que a islamofobia seria o medo do Islã, o que, para ele, não tem sentido, pois o medo da ameaça islâmica seria uma doença mental (SINA, 2006).

¹⁷“Ali Sina é o pseudônimo de um ex-muçulmano nascido no Irã, que atualmente mora no Canadá. É um dos críticos mais respeitáveis da religião islâmica e também um dos mais ferrenhos. Fundador do fórum FAITH FREEDOM INTERNATIONAL (<http://www.faithfreedom.org>), que ajuda ex-muçulmanos em todo o mundo, ALI SINA também é autor de várias obras, entre elas *Understanding Muhammad* (Para entender Maomé), com tradução em progresso.” Disponível em: <<http://www.exmuculmanos.com/islamofobia-e-ad-hominem/>>. Acesso em 25 de Out. 2016.

Nesse sentido vale destacar que:

Repito que é um direito humano discordar de qualquer crença. Chamar isso de fobia é uma falácia. O Islã é a única ideologia cujos seguidores tentam desacreditar os críticos chamando o criticismo de “fobia”. Isso é tão insano quanto falar em “fascistofobia”. O absurdo da mente muçulmana é tal que eles acham que está tudo bem em incitar o ódio contra os “infieis” em geral e principalmente contra os judeus e ainda assim ninguém pode criticar sua ideologia de ódio (SINA, 2006).

Para o autor o termo islamofobia é criação de uma sociedade intelectual de muçulmanos para compor argumentos e defender a religião islâmica e muçulmana. Para isso os muçulmanos, no qual a censura e a força bruta são instrumentos dessa criação, acreditando ser a única via para protegê-los (SINA, 2006).

Portanto, ao realizar essa pesquisa notamos que por trás de uma agenda obscura construída pela mídia, a população muçumana sofre com a discriminação e atitudes violentas. Porém, essa discriminação vai além dos interesses, sociais, ou seja, em grande parte do mundo segue a barbaridades em nome da religião, no qual aconteceu no passado com outras crenças, e não há a mesma perseguição em relação a isso.

Dessa forma, o próximo tópico se dedicará a estudar o canal informativo francês Charlie Hebdo; e a influência na opinião pública e na propagação da islamofobia.

4.1. A ISLAMOFOBIA DA REVISTA CHARLIE HEBDO

O conteúdo humorístico tem como objetivo o entretenimento e expressão artística, no qual traz uma forma importante de mostrar algo que está escondido ou reprimido. Isso leva a reflexão da mensagem elaborada em forma de humor, no qual gera uma subjetividade diante da intensão real.

No ano de 2015, muitos debates ocorreram devido as charges elaboradas pela revista Charlie Hebdo, no qual o discutido era o limite da liberdade de expressão ou críticas relacionadas aos problemas globais como; os fundamentalistas islâmicos em uma versão satirizada pela revista para trazer a discussão desses problemas na França.

Portanto é correto a afirmação de Charles Kirchbaum:

Grande parte das críticas ao Charlie Hebdo repousa no que chamarei de “moralismo antiinstitucional”. Sua fórmula básica, que ganha alterações mínimas, é a seguinte: “não se deve ofender nenhuma cultura. Charlie Hebdo ofendeu várias culturas. Aqueles indivíduos morreram. É lastimável enquanto crime, mas não devemos

lastimar nenhum ataque à “instituição da liberdade de expressão” porque, ao ofender, “já haviam abusado dessa liberdade” (Kirchbaum, [2015?], p. 1).

A Revista francesa Charlie Hebdo, foi criada nos anos 1960, sob o nome “HARAKIRI”, de François Cavanna, considerada, à época, anárquica e de esquerda. A revista trabalha com o humor satírico como denúncia de episódios da atualidade. Ganhou espaço na mídia após publicar sátiras da morte do ex presidente francês Charles De Gaulle em 1970 (CHARLIE..., 2015).

Diante disso a revista foi encerrada, e várias vezes foi fechada, de alguma maneira a revista reaparecia e em uma dessas reaberturas chamou-se “Charlie Hebdo”. Todavia a revista é considerada diante das caricaturas elaboradas com humor negro diante dos fatos ocorridos feitos por cartunistas experientes, (mais velhos) que acreditam que a publicação satirizada seja vista como atitude liberal e crítica a realidade.

Por esse motivo a revista foi encerrada e fechada várias vezes, mas de alguma maneira reaparecia, e, em uma dessas reaberturas chamou-se “Charlie Hebdo”. Atualmente a revista é conhecida pelas caricaturas elaboradas com humor negro diante dos fatos ocorridos feitos por cartunistas experientes, (mais velhos), que acreditam que a publicação satirizada deve ser vista como atitude liberal e crítica da realidade.

Em 2006, começaram as publicações feitas por Charlie Hebdo, envolvendo Maomé, que foi publicado pelo jornal Dinamarquês (Jyllands-Posten). A partir disso o jornal passou a ser perseguido pelos islamistas da França. Em defesa da liberdade de imprensa, o ministério da Cultura de Paris fez homenagens aos produtores do jornal Charlie Hebdo.

Em 2011, a revista sofre um incêndio causado por uma bomba, tendo ainda a sua página da internet invadida é substituída imagens por textos do Alcorão.

Em 2012, a revista passou a apresentar uma forma sutil de perseguição islâmica, publicando, de forma permanente, caricaturas de Maomé. Essas publicações foram apoiadas pelo governo da França, defendidas pela liberdade expressão (PORQUE..., 2015).

Após todas essas caricaturas, iniciou um desconforto político na França, que anunciou o fechamento de embaixadas e escolas em países de maioria islâmica. Nesse momento a discussão estava voltada a conter manifestações culturais e religiosas após as ofensas feitas pela revista.

Em 7 de janeiro 2015, em Paris, a revista sofre um ataque considerado terrorista, matando 12 pessoas e deixando várias feridas. Esse acontecimento foi considerado um ato

terrorista devido às publicações realizadas pela revista que mais uma vez ofendia a religião islâmica.

A partir disso, surgiu uma grande manifestação, de cerca de 100 mil pessoas, nas ruas da capital, em homenagem às vítimas do atentado.

Dessa forma, a França, e diversos países europeus proíbem a propaganda nazista. Portanto é necessário uma postura ética dos canais de comunicações e do próprio estado para garantir leis regentes que protejam o imigrante e faça uma inclusão qualitativa do mesmo, no qual o governo deve buscar combater o antissemitismo, racismo, xenofobismo, islamofobia, enfim, questões ligadas a direitos fundamentais e igualitários a todos (DIAS, 2015).

Como afirma Dias:

Não se pode retirar da religião radicalizada, no caso a islâmica, o pano de fundo para a proliferação de fanáticos agressivos. Foi assim com o cristianismo até o século XVIII (com grupos como a KKK vindo até o meio do século XX) ou o judaísmo nacionalista e seus atentados no século XIX. Há radicais budistas sanguinários em alguns países da Indochina! Com o islão não seria diferente. O contexto social temerário, a completa falta de representação social secular e a exclusão galopante dos pobres formam o terreno ideal para que as mais espúrias lideranças recrutem os seus seguidores. Como apontou Zizek: “A questão não é se os antecedentes, agravos e ressentimentos que condicionam atos terroristas são verdadeiros ou não, o importante é o projeto político-ideológico que emerge como reação contra injustiças”. Depois que as forças ocidentais passaram 60 anos a sabotar toda a esquerda progressista no mundo islâmico (DIAS, 2015).

Ao mesmo tempo, esses atentados que mobilizaram milhões de pessoas, protestando contra o terrorismo, sendo que esse tipo de massacre é comparado ao nazismo, que fechou todos os jornais considerados opositores em 1930. Devido a isso os atentados violentos contra a revista Charlie Hebdo, é vista não só como ações terrorista, mas sim a exclusão da imigração na Europa, em um viés emergente para soluções a curto prazo, sem ambivalências.

Assim, se faz necessário observar e analisar a subjetividade do conteúdo, para uma melhor análise que todavia norteiam soluções em questões multiculturais.

A seguir, apresentamos algumas das sátiras direcionadas ao islamismo publicadas pela revista francesa.

4.1.1. CHARGES SATIRIZANDO O ISLÂMISMO

Primeiras sátiras islâmica da revista Charlie Hebdo foram publicadas pelo jornal dinamarquês Jullands-Posten em 30 de setembro de 2005, no qual 5 meses após a publicação,

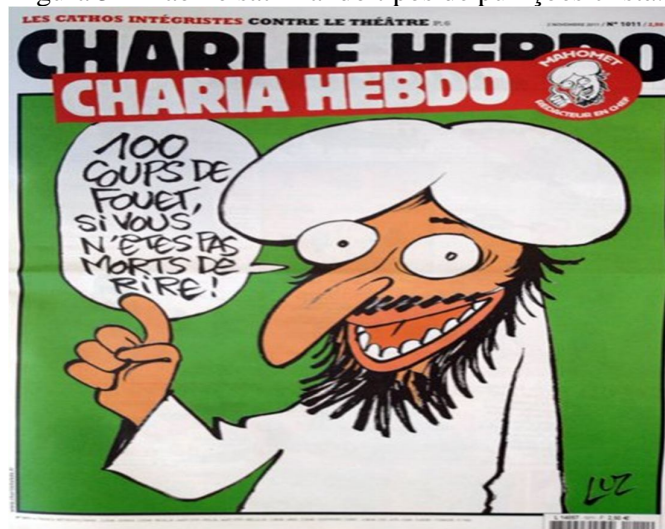
Figura 2 - Maomé lastimando os radicais islâmicos.



Fonte: Bertrand Guay, El País (2015).

Nessa caricatura do ano de 2006 de Charlie Hebdo, Maomé é desenhado dizendo “Cem chicotadas se você não morrer de rir”.

Figura 3 - Maomé satirizando tipos de punições cristã.



Fonte: Opinião Notícia (2015).

Esta imagem em que se lê, “ O amor é mais forte que o ódio”, refere-se ao atentado contra a revista em 2011, devido a uma bomba que incendiou o prédio.

Figura 4 - O amor é mais forte que o ódio, islâmico beijando o cartunista do Charlie Hebdo.



Fonte: G1, Globo (2015).

A sátira de 19 de julho de 2013, por Charlie Hebdo, no qual diz, “ O Corão é uma merda, não detém balas”, retratando um muçulmano com disparos.

Figura 5: O Alcorão, não detém balas.



Fonte: Bertrand Guay, El País (2015).

Em setembro de 2013, a revista fez uma sátira de um rabino empurrando um muçulmano, em analogia ao filme, “Intocáveis”, com a frase, “Não zombe”.

Figura 6- Sátira do rabino e do muçulmano, "não zombe".



Fonte: Noticias Terra (2015).

Mesmo após sofrer os atentados em janeiro de 2015, a revista manteve seu viés crítico ao islamismo induzindo em suas sátiras até mesmo as tragédias vivenciadas por refugiados.

Essa imagem de 2015, foi uma das mais chocantes internacionalmente, em relação aos refugiados muçulmanos devido ao conflito no Oriente Médio.

A imagem da esquerda satiriza a morte de um menino sírio Aylan Kurdi, articulando a com a rede Mcdonalds, na imagem lemas: “Bem-vindo, imigrantes”; “Promoção: dois cardápios crianças pelo preço de um”; “Tão perto do objetivo”.

A imagem da direita diz: “A prova que a Europa é cristã; os cristãos andam sobre às aguas, as crianças muçulmanas afogam”.

A revista causou indignação internacionalmente, recebendo processos em particular o Reino Unido, afirmando que Charlie Hebdo, é uma revista falida e xenofóbica.

Figura 7 - Refugiado sírio Aylan Kurdi, afogado na praia.



Fonte: G1, Globo (2015).

Autor polêmico francês, que publicou um livro sobre a França e o Islã, no qual defende que o poder político francês será comandado por muçulmanos.

Michel Houellebecq, escritor polêmico na França, que lançou seu livro “Submissão”, na mesma época dos ataques terrorista à revista Charlie Hebdo. Em seu livro ele escreve a história futurista de um partido islâmico “Fraternidade Muçulmana” na França que vence as eleições em 2022.

Figura 8- Michael Houellebecq, autor polêmico pela revista.



Fonte: Bertrand Guay, El País (2015).

Abaixo outras charges polêmicas veiculadas pela revista, promovendo a islamofobia.

Nessa charge satiriza a volta de Maomé, que diz:” Se Maomé voltasse; eu sou o profeta idiota; a sua garganta infiel”.

Figura 9 - A volta de Maomé, no sentido violento.



Fonte: Notícias Terra (2015).

Na charge abaixo, são referentes, a meninas estupradas e violentadas pelo grupo Boko Haram, que satiriza o respaldo do seguro social da França, que referente aos imigrantes muçulmanas no país, como “parasitas do seguro social”.

Figura 10 - Escravas sexuais de grupos terroristas.



Fonte: Leandro Dias (2015).

Com isso podemos analisar uma perseguição diante do Islamismo, sendo que a população francesa é conhecida como uma das mais preconceituosa. Diante disso, a liberdade de expressão não condiz com os princípios fundamentais do ser humano. Em verdade não há liberdade de expressão e sim o princípio da ofensa, que se manifesta através do ódio preconceituoso com a religião provocando a propagação da islamofobia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a globalização os veículos de comunicação se tornaram poderosíssimos, sendo, por vezes, vias de mão única que apresentam informações enviesadas e determinantes da opinião pública.

Após a abordagem de estudo do *soft power*, podemos concluir que o poder brando é uma fonte de poder que a mídia e o Estado exploram perante ao seus interesses. Além disso, o *soft power* é usado pela mídia como forma de influência ou persuasão e teve uma crescente relevância atualmente como, em âmbito política com objetivo de influenciar comportamentos e manipular culturas.

Percebemos isso no decorrer dos fatos históricos da evolução da imprensa, que sempre foi explorada pelo controle do governo e classes dominantes com o a finalidade de controlar a sociedade local mais fragilizada.

Por meio da análise do contexto histórico midiático, nota-se uma forma assimétrica ao longo da história, que já em tempos monárquicos buscava sua independência de modo que suas publicações ficassem livres do controle das autoridades de estado. Percebemos também a relevância das ideias de Stuart Mill, para o equilíbrio dos extremos (liberdades de expressão e liberdade religiosa), da imprensa, fomentando valores fundamentais para a construção de uma democracia.

Com isso, o desenvolvimento dos veículos comunicativos ganhou espaço e proteção com a função de vigiar o Estado controlador. Dentre esses valores está a conquista por um livre pensamento, impondo regras para a convivência pluralista na sociedade. Entretanto, a mídia se tornou cada vez mais invasiva, se transformando-se no “quarto poder” de segmento econômico no mundo, no qual gera um domínio inconsciente que modifica comportamentos.

Por consequência, existem especializações como o mass média, para influenciar a sociedade diante de uma sistematização tecnológica distribuída geograficamente, ou seja, empresas com sistemas considerados inteligentes que transmite sua mensagem sem que o indivíduo não perceba porém, incorporam para suas vidas em formas de prazer e diversão.

Diante disso, verificamos que a mídia pode desafiar ou enfraquecer valores e crenças na opinião pública, que se modifica ao longo dos anos, e que, assim como a liberdade de imprensa e a opinião pública, também foi um ato de expressar a insatisfação dos governos autoritários e das classes dominantes, então houve a separação entre Estado e sociedade civil.

Vale ressaltar que a análise sobre a opinião pública não percebe o ambiente externo, mas acredita nele, ou seja, conforme visto, se constrói uma sociedade desorganizada e corrupta conforme seus desejos individuais que nem sempre são os mesmos para todos.

Constata-se, diante disso, que para que haja uma opinião pública imparcial, sem influência externa, será necessário a transparência que nasce do debate público crítico e racional que procure sair da sua zona de conforto para um estado democrático, liberal e laico.

Portanto, os estudos sobre a formação da agenda da opinião pública, é mais antiga como podemos notar com esse estudo e que se intensificou após o 11 de setembro. Porém, foi levantada uma profunda análise que se concluindo que o terrorismo transacional versus interesses econômicos e ideológicos vem se transformando e ganhando força através da mídia ao longo dos anos.

Após o 11 de setembro percebemos que houve um interesse maior em relação a segurança dos países além da captura os responsáveis pelo atentados terrorista nos Estados Unidos. Portanto a guerra contra o terror, mantinham interesses diversos, por empresas como a indústria de armas, a reeleição de Bush e o expansionismo americano que acreditam serem “enviados por Deus” para levar a democracia em Estados não democráticos como o Oriente Médio que julgam incapazes e inferiores.

Por outro lado o Islamismo também buscou essa inserção no ocidente, devido ao Alcorão, Bíblia sagrada islâmica, não faz distinção entre política e religião, no qual agem

também em nome de “Deus” para a propagação da religião islâmica e muçulmana devido à Guerra Santa.

Nesse sentido, muitos jovens se voluntariam para lutar ao lado de grupos terroristas, em nome da Jihad, segundo pesquisa, isso é devido a desilusão com o mundo devido ao mesmo império autoritário por anos no comando e também a falta de sentido existencial diante de tanta barbárie aos interesses econômicos.

Desse modo, percebemos muitos conflitos ao longo da história em nome da religião. De um lado existe os ocidentais que julgam os muçulmanos seres irracionais e agressivos, e do outro radicais islâmicos que mantem um repudio ao cristianismo.

Com todos esses fatores a mídia foi uma ferramenta fundamental, tanto para propagar o terrorismo praticado por Estados como pelos grupos terroristas.

Desta maneira, a intolerância religiosa, conforme o expansionismo islâmico avança no ocidente a ameaça as outras crenças, e uma verdade pela elite secularizada e laicista, que pregavam como perigo ao ocidente. Que com o fomento da mídia, no 11 de setembro e pós atentados em Paris devido as sátiras da revista Charlie Hebdo, acabou por propagar a intolerância religiosa não sendo possível distinguir religiosos islâmicos de terroristas.

Portanto, a conclusão da pesquisa está embasada que a mídia atual está cada vez mais parcial aos fatos de poder econômico, que decisivamente influencia a opinião pública, tornando se arma para governos em busca de poder geopolítico.

Com a invasão americana no oriente médio, causou mais instabilidade política, econômica e social, que geraram diversos conflitos internos, no qual outros estados com interesses econômicos, financiam grupos rebeldes como o fornecimento de armas, com o objetivo econômicos como a Arábia Saudita.

Sendo assim, através da mídia, grupos terroristas atuam para levar o expansionismo do Alcorão, por meio da violência propagada nos veículos de comunicação.

Mas por trás dos fatos há muito a ser considerado, e o que percebemos hoje o intenso fluxo de refugiados de guerras civis e conflitos, fome, estupros, miséria que a mídia não dá a devida atenção para pressionar órgãos internacionais para buscar uma solução.

Por isso a revista Charlie Hedbo, inflama cada vez mais com suas charges sátiras, a provocação de ódio nos radicais islâmicos. E com isso, a sociedade fica cada vez mais expostas a tais atentando causando pânico e o preconceito aqui explanado, islamofobia.

Contudo se faz necessário analisar as diversas formas de liberdade, no qual figuras “humorísticas” constrói o discurso de ódio que reprime a minoria. Nesse sentido, a reflexão a

partir de estados laicos, como a França, o governo deve estar atento para minimizar e barrar esse tipo de agressão visual, que põe em risco a vida de cidadãos civis, pois não há forma de combater o terrorismo em atos considerados provocativos, sendo que, as provocações também são igualitárias no sentido de “morrer por uma causa”, no caso da revista continuar a propagação das charges e as dos terrorista em morrer pela Jihad.

Dessa forma, a islamofobia existente considerada como inimigo natural do ocidente, ficando evidente após os atentados de 11 de setembro e mais ainda após os atentados de Paris, com as charges publicadas pela revista Charlie Hebdo. Este fato, gerou globalmente uma onda de indignação contra a religião islâmica e muçulmana, fazendo existir o preconceito, a islamofobia, no senso comum, “taxando” o muçulmano como radical islâmico.

Conclusivamente o que deve-se levar em conta é o fator político-ideológico, emergindo de muitas injustiças praticadas pelos atores emergentes, (mídia e grupo terrorista), no fomento a intolerância religiosa, causando essa via de mão-dupla.

REFERÊNCIAS

A MÍDIA vai a guerra. **Observatório da Imprensa**, 3 set. 2009. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a-midia-vai-a-guerra/>>. Acesso em: 29 out. 2016.

ARTIGO original hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário **Unieuro** ISSN: 1809-1261 UNIEURO, Brasília, número 5, 2010.

AS POLÊMICAS capas do charlie hebdo, **El País**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/07/album/1420632020_829679.html#1420632020_829679_1420637534>. Acesso em 3 de nov. 2016.

ATAQUE em sede do jornal charlie hebdo em paris deixa mortos. **Periódico, G1**. São Paulo, 8 de Janeiro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/tiroteio-deixa-vitimas-em-paris.html>>. Acesso em 3 de nov. 2016.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco, **Dicionário de política**, volume 1, 11ª edição, editora Unb, 1998. p. 1252.

BOFF, Leonardo. **Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: sextante, 2002.

BORGES, Susana. **Opinião Pública: história, crítica e desafios na era transnacional**. Comunicação e Ciências Empresariais. Exedra Revista Científica Esec, n 9, p. 87-101. Disponível em: <<http://www.exedrajournal.com/wp-content/uploads/2015/04/n9-B5.pdf>>. Acesso em 5 de nov. 2016.

BLOCH, Arnaldo, **Opinião Pública ainda existe**. Observatório Imprensa, 5 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/opiniaopublica-ainda-existe/>>. Acesso em 5 de nov. 2016.

CALFAT, Natalia Nahas. **O Estado Islâmico do Iraque e do levante**: fundamentos políticos à violência política. Rev. Conj. Aust. | Porto Alegre | v.6, n.31 | p.6-20 | ago./set. 2015 | ISSN: 2178-8839. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2015/2137-1442955212.pdf>>. Acesso em 12 de nov. 2016.

CANCIAN, Renato. Jürgen Habermas – **A teoria sociológica**: o surgimento da esfera pública. Uol Educação, 14 de maio de 2008. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/jurgen-habermas---a-teoria-sociologica-o-surgimento-da-esfera-publica.htm>> Acesso em 31 de out 2016.

CHARLIE hebdo e a arte de provocar, **Revista Veja**, 7 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/mundo/charlie-hebdo-e-a-arte-de-provocar/>>. Acesso em 3 de nov. 2016.

CHARLIE hebdo gera nova polêmica com charge sobre imigrantes. **G1 Mundo**. 15 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/charlie-hebdo-gera-nova-polemica-com-charges-sobre-imigrantes.html>>. Acesso em 3 de nov. 2016.

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede** - vol. I. São Paulo. Paz e Terra. 2000, p. 354-361.

_____. **La era de La información**. Economía, sociedade y cultura. Vol. 2. El poder de La identidad. Marid: Alianza Editorial. 1998, p.28- 49.

CATHERWOOD, Christopher **Guerras en Nombre de Dios**; traducción de Victoria Vera. - 1ª ed. - Buenos Aires: El Ateneo, 2008.

DECLARAÇÃO universal dos direitos humanos. **UNIC**. Rio .005 - Agosto 2009. Artigo XIX. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

DEFLEUR, Melvin Lawrence; ROKEACH, Sandra. B. **Teorias da Comunicação de Massa**. 5 ed. Rio de Janeiro. Zahar. 1993. p. 33-73.

DE SOUZA, Geila Carla, SANTOS, Alexandre Hamilton Oliveira. **Terrorismo e Religião**: um estudo sobre a atuação do regime talibã a luz da ideologia islâmica. Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro. Brasília, n 5, 2010. Disponível em: <http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia_05_05.pdf>. Acesso em 3 de nov. 2016.

DIAS, Leandro. **Je suis Charlie, pero no mucho**. Pragmatismo Político. 17 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/je-suis-charlie-pero-no-mucho.html>>. Acesso em 23 de nov. 2016.

EM PROFUNDADE islamismo: perguntas e respostas. **Revista Veja**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/islamismo/perguntas.html>>. Acesso em 3 de nov. 2016.

FUNDAMENTALISMO islâmico radical. **Classroom Orange**. 2016. p. 3-10. Disponível em: <http://classroom.orange.com/pt/fundamentalismo-islamico-radical.html#document_content>. Acesso em 12 de nov. 2016.

GUAZINA, Liziane. **O conceito de mídia na comunicação e na ciência política**: desafios interdisciplinares. Revista Debates, Porto Alegre, v.1, n.1, pg. 9-54, 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/2469>> Acesso em 31 de out 2016.

GREENSLADE, Roy. **Censura e propaganda na cobertura da primeira guerra**. Observatório Imprensa. 05 de Agosto de 2014. ed. 810. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/_ed810_censura_e_propaganda_na_cobertura_da_primeira_guerra/>. Acesso em 10 de Nov. 2016.

GOLDSCHIMIDT JR. Arthur, DAVIDSON, Lawrence, *A Concise History of the Middle East*, 9th edition, Westview press, 2010. p.32.

GUIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 447- 452

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de civilizações e a recomposição da nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, p. 273.

LAURIA, Bianca Vince, SILVA, Henrique Roder, RIBEIRO, Poliana Garcia. **O Estado Islâmico**. Serie Conflitos Internacionais, Marília – São Paulo, v 2, n2, Abril. 2015. p. 2-6. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v-2-n-2-o-estado-islamico.pdf>>. Acesso em 3 de nov. 2016.

LE BARS, Stéphanie. **Islamofobia vai Além de um Simples Racismo**. Uol Notícias, 30 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://m.noticias.uol.com.br/midiaglobal/lemonde/2013/09/30/islamofobia-vai-alem-de-um-simples-racismo.htm>>. Acesso em 3 de nov. 2016.

LEITE, Lucas Amaral Batista, **George W. Bush e a construção do inimigo na guerra ao terror**, Fronteira, Belo Horizonte, v.8, n.16, p. 27- 59, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/3861> >. Acesso em 3 de nov. 2016.

LIMA, V.A. De. **Mídia: teoria e política**, 1 ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.

LOPEZ, Fernando Bravo. *Que es La Islamofobia*. Caritas, Madrid, 14 de setembro de 2010. p.192-206. Disponível em: <<http://www.caritas.es/imagesrepository/CapitulosPublicaciones/2538/12-%20QUE%20ES%20LA%20ISLAMOFOBIA.pdf>>. Acesso em 3 de nov. 2016.

LORSURDO, Domenico. **A Linguagem do Império**: léxico da ideologia estadunidense. São Paulo, Boitempo Editoria, 2010.

KIRCHBAUM, Charles, **Liberalismo político e liberdade de expressão**: o Charlie Hebdo Affair1. Revista Fevereiro de política teoria cultura. [2015?]. p. 1. Disponível em: <<http://www.revistafevereiro.com/pdf/8/3.pdf>>. Acesso em 24 de nov. 2016.

MAGALHÃES, Anala Lelis. **O limite da liberdade de expressão**: um enfoque filosófico diante do princípio do dano. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 118, nov. 2013. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13787&revista_caderno=15> Acesso em 31 de out 2016.

MIRANDA, Gustavo Lima de. **A história da evolução da mídia no Brasil e no mundo**. Uniceub, Brasília, v. 1, n. 1, p.13-14, maio 2007. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1265/2/20266495.pdf>>. Acesso em 29 out. 2016.

M.LIBERDADE de expressão e liberdade dos meios de informação: **II. Módulos sobre questões selecionadas de direitos humanos**, [2011?]. p. 415-432. Disponível em: <<http://www.fd.uc.pt/igc/manual/pdfs/M.pdf>> Acesso em 20 out. 2016.

MCCOMBS, Maxwell. **Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 17-25.

NATALI, Joao Batista. **Conheça a História do Jornal Charlie Hebdo**: alvo de ataques a tiros em Paris. Folha de São Paulo, 7 de janeiro de 2015. p. 4-5. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/01/1571639-conheca-a-historia-do-jornal-charlie-hebdo-alvo-de-ataque-a-tiros-em-paris.shtml>>. Acesso em 3 de nov. 2016.

OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A mídia como ator emergente nas relações internacionais**: Seu protagonismo no uso do Soft Power frente aos desafios das mudanças climáticas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, p.255-265. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94242/284318.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 out. 2016.

O QUE é jihadismo. **BBC Brasil**, 14 de Dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141211_jihadismo_entenda_cc>. Acesso em 3 de nov. 2016.

PACE, Enzo e STEFANI, Piero. Fundamentalismo religioso contemporâneo. São Paulo: Paulus, 2002. p. 60.

PECCEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução as Relações Internacionais**: temas, atores e visões. 8 ed. Petrópolis: vozes. 2010, p. 99-110.

PELO menos 12 mortos e 4 feridos graves em ataque a revista em paris: atentado contra semanário satírico Charlie Hebdo choca o mundo e desperta onda de indignação e

solidariedade. **O Dia, Mundo e Ciência**. 7 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/mundoeciencia/2015-01-07/ataque-a-revista-que-fez-charge-de-maome-deixa-mais-de-10-mortos-em-paris.html>>. Acesso de 3 de nov. 2016.

PIRES, Maísa Rezende. **O equilíbrio necessário para que a liberdade de expressão coexista com outros direitos**. Âmbito Jurídico. Rio Grande. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10790&revista_caderno=9> Acesso em 31 de out 2016.

PLANO de ataque ao jornal dinamarquês, pode ter conexões internacionais; 5 foram presos. **Folha de São Paulo**. 29 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/852396-plano-de-ataque-a-jornal-dinamarques-poder-conexoes-internacionais-5-foram-presos.shtml>>. Acesso em 25 de nov. 2016.

PORQUE o alvo do atentado foi o jornal charlie hebdo. **Conexão Paris**. 8 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://www.conexaoparis.com.br/2015/01/08/por-que-cibla-do-atentado-foi-charlie-hebdo/>>. Acesso em 3 de nov. 2016.

PROCÓPIO, Argemiro. **Terrorismo e relações internacionais**. Brasília. Ver. Bras. Polít. CATHERWOOD, Christopher Guerras en Nombre de Dios; traducción de Victoria Vera. - 1ª ed. - Buenos Aires: El Ateneo, 2008. - 219 p. Int. 44(2): p.70. 2001.

RACISMO e islamofobia. **Esquerda Net**, 6 de Abril de 2007. Disponível em: <<http://www.esquerda.net/dossier/racismo-e-islamofobia>>. Acesso em 3 de nov. 2016.

RADENOVIC, Milan Rados. **Opinião Pública Mundial: formar ou manipular**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [200?], p 95–101. Prisma. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/viewFile/614/pdf>>. Acesso em 5 de nov. 2016.

RAMONET, Igmacio. **Propagandas silenciosas: massas, televisão, cinema**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

RELEMBRE charge da polêmica revista charlie hebdo. **Notícias Terra**. 7 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/mundo/europa/relembre-charges-da-polemica-revista-charlie-hebdo,62cc1db9454ca410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em 3 de nov. 2016.

SALIBA, Micaella Rodrigues de Oliveira, **O Terrorismo Combatido com o Terror: a guerra no Afeganistão e seu reflexo nas políticas internacionais**. Revista Eletrônica de Direito Internacional, v.5 p. 387-416, 2009. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/static/revistaeletronica/volume5/arquivos_pdf/sumario/micaella_saliba.pdf>. Acesso em 3 de nov. 2016.

SAID, Edward. W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo. Schwarcz Ltda. 2008, p. 399.

SANTOS, Natalia Dos. **A Influência Da Mídia Norte Americana na Islamofobia**: análise das notícias da rede de TV Fox News, Seminário de Iniciação Científica da ESPM, São Paulo. 29 de outubro de 2015. p. 2-5. Disponível em:

<http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/artigo_natalia_sul.pdf>. Acesso em 24 de nov. 2016.

SANTOS, Victória Monteiro da Silva; FERNANDES, Thaís Domingues Coelho; OLIVEIRA, Thaís Soares. **A mídia em crises e conflitos internacionais: simulação das nações unidas para secundaristas**, *sinus.org* 10 ed., 2011. p. 415. Disponível em:

<<http://www.sinus.org.br/2011/press/downloads/unesco.pdf>>. Acesso em 12 de nov. 2016.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo. Saraiva. 2005, p. 184.

SILVA, Ellen Fernanda Gomes da. **O impacto e a influência da mídia sobre a produção da subjetividade**. Faculdade do Vale do Ipojuca, Pernambuco, v. 1, n. 1, p.1-7, 2016. Disponível em:

<http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/447.%20o%20impacto%20e%20a%20influ%Cancia%20da%20m%C3%ADdia.pdf>. Acesso em: 31 out. 2016.

SIMPSON, Robert. **Prevenir danos é permitir ofensa?** 2013. Disponível em:

<http://freespeechdebate.com/pt/discuss_pt_br/prevenir-danos-e-permitir-ofensa/>. Acesso em: 20 out. 2016.

SINA, Alli. **Islamofobia é Ad Hominem**. Ex- Muçulmanos, A religião Islâmica vista com análise crítica, 15 de setembro de 2015. Disponível em:

<<http://www.exmuculmanos.com/islamofobia-e-ad-hominem/>>. Acesso em 3 de nov. 2016.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Info Cambio Universitário: info cambio universitário, Porto, v. 2, n. 1, p. 541, jan. 2006.

Disponível em: <<http://www.infocambiouniversitario.com.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pesquisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.

THOMPSON, John B. **A mídia e a Modernidade**: uma teoria social da mídia. 6 ed. Petrópolis: vozes, 1998. p. 30-173.

_____. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 8 ed. Petrópolis: vozes. 2009. p. 324-326.

VAZ, Celia Morgado, **Fundamentalismo Islâmico**, Artigo Científico, Goiânia, 2003. p. 3-11.

Disponível em: <http://www.celiamorgado.com.br/wp-content/uploads/2015/03/fundamentalismo_islamico.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2016.

VEJA as capas mais polêmicas do jornal francês charlie hebdo. **Opinião e Notícia**. 8 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://opiniaoenoticia.com.br/internacional/veja-as-capas-mais-polemicas-do-jornal-frances-charlie-hebdo/>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

VICENTE, Álex. **Houellebecq contra a França do islã**. 5 de janeiro de 2015. EL PAÍS. Disponível em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/05/internacional/1420478864_488997.html>. Acesso em: 12 nov. 2016.